



33ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Política Energética

CNPE

Data: 14 de dezembro de 2016, quarta-feira

Horário: 9 horas

**Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar
Brasília-DF**



33ª Reunião Ordinária do CNPE

PAUTA

| | |
|---|-----------|
| 1. ABERTURA | 3 |
| 2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA | 4 |
| 3. COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE METODOLOGIAS E PROGRAMAS COMPUTACIONAIS DO SETOR ELÉTRICO – CPAMP | 80 |
| 4. RESOLUÇÕES | 84 |
| 5. ASSUNTOS GERAIS | 88 |
| ENCERRAMENTO | 94 |



1. ABERTURA

- Abertura dos trabalhos com aprovação da Memória da 32ª reunião realizada em 28.06.2016, enviada previamente aos membros do Conselho.

Presidente do CNPE
Ministro de Estado de Minas e Energia



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

Fornecimento e provimento necessário para atender o mercado consumidor de energia, com objetivo de dar segurança energética ao País.

2.1 Planejamento da Expansão Energética

Contextualização da matriz energética, com destaque para as projeções de expansão das principais fontes.

Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.



SUMÁRIO

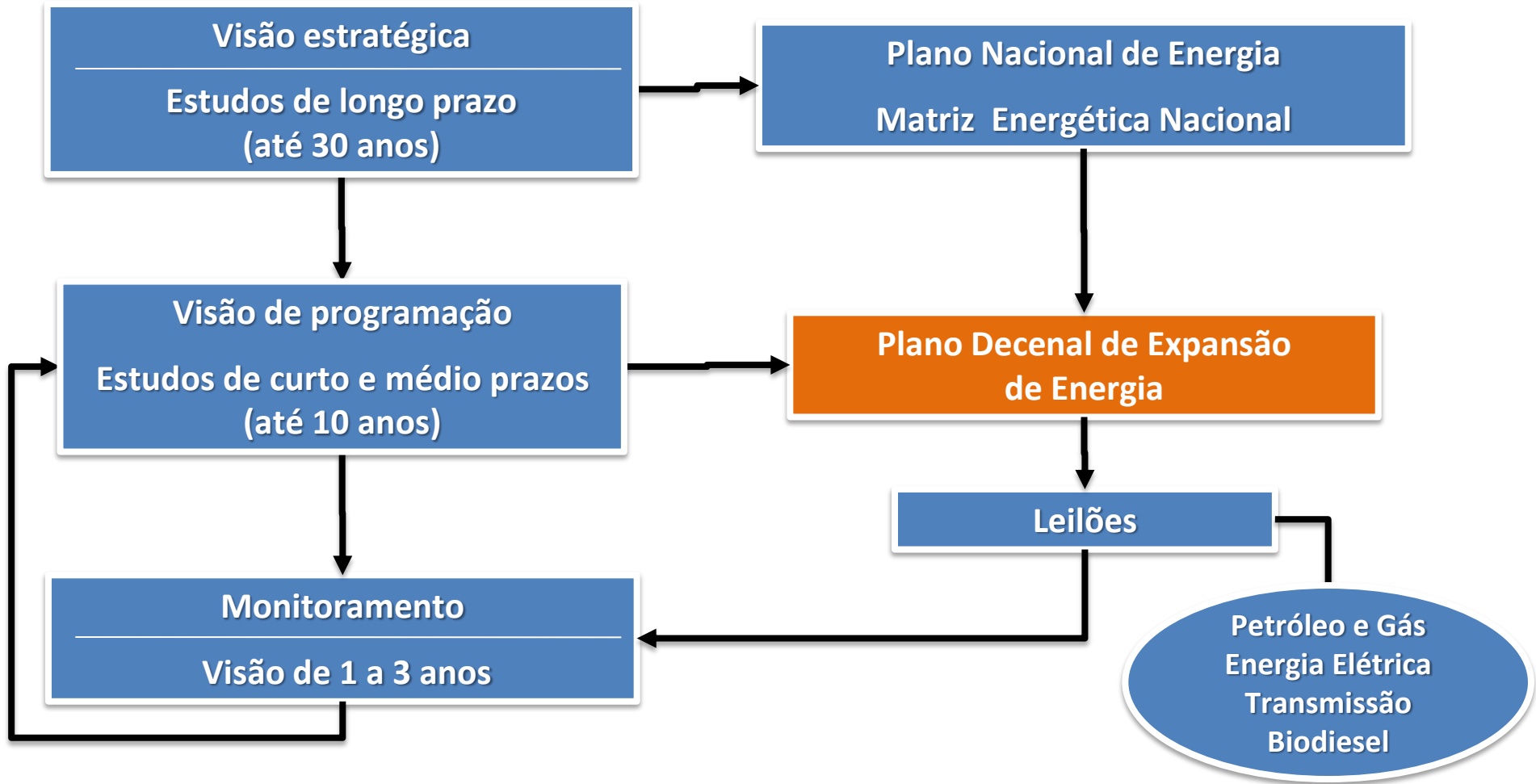
1) Estrutura do Planejamento

2) Planejamento Decenal de Expansão de Energia

3) Desafios da Expansão



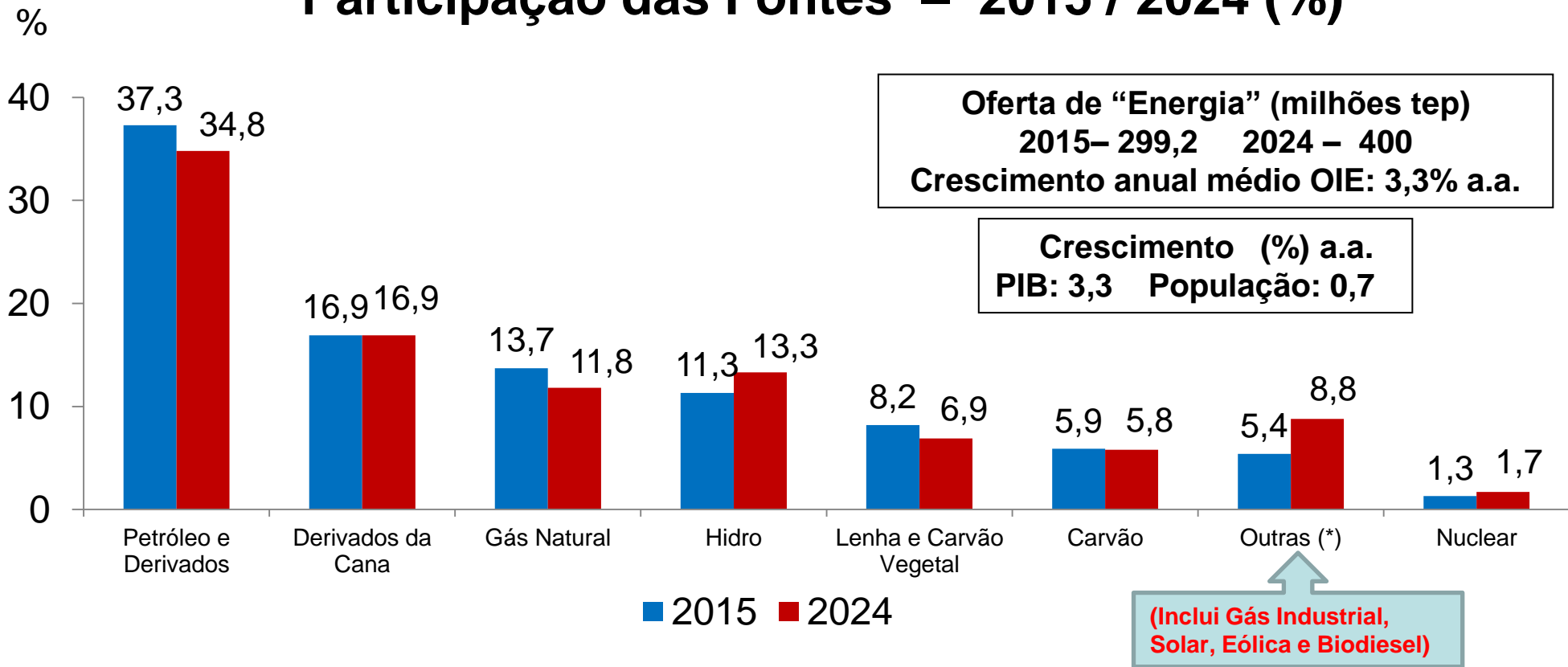
PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO





MATRIZ DE OFERTA DE ENERGIA BRASILEIRA

Participação das Fontes – 2015 / 2024 (%)



Combustíveis Fósseis

Brasil: 2015 – **57,5%** 2024 – **53,1%**
 Mundo: 2015 – **80,9%**

Renováveis

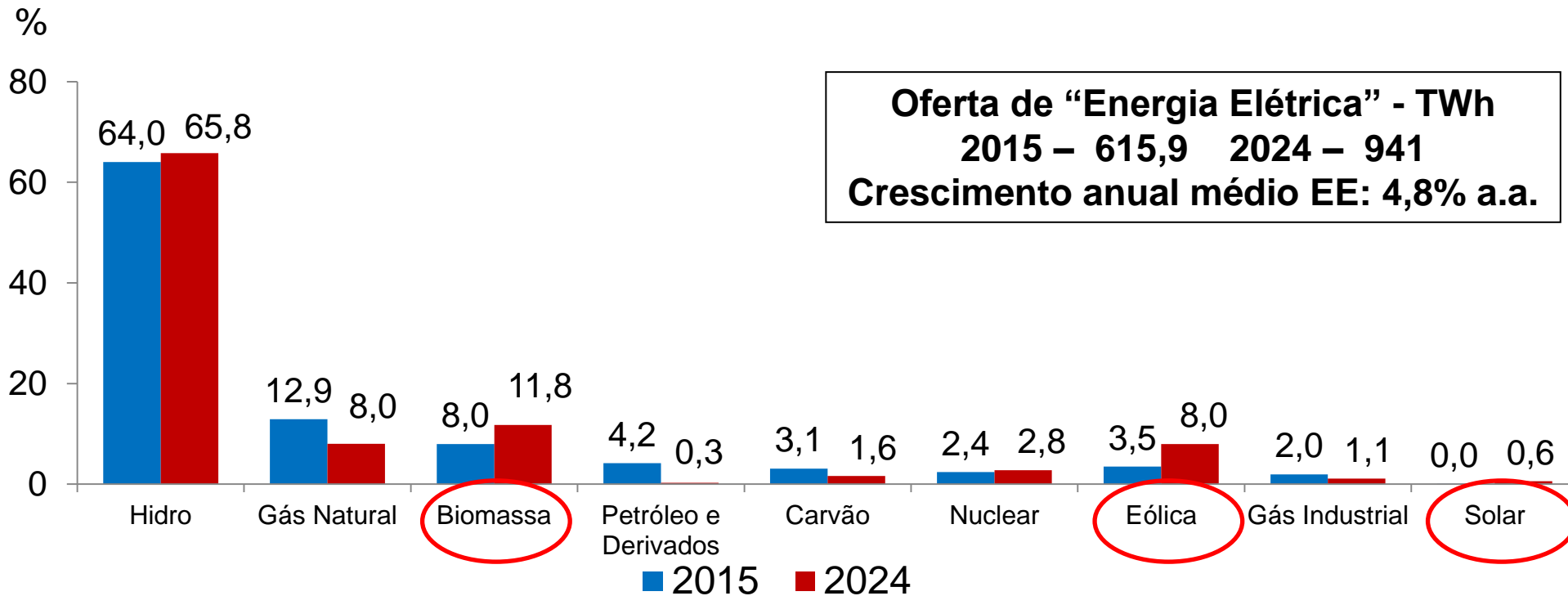
Brasil: 2015 – **41,2%** 2024 – **45,2%**
 Mundo: 2015 – **14,3%**

Fonte: Balanço Energético Nacional e Plano 2024



MATRIZ DE OFERTA DE ELETRICIDADE BRASILEIRA

Participação das Fontes – 2015 / 2024 (%)



Oferta de “Energia Elétrica” - TWh
 2015 – 615,9 2024 – 941
 Crescimento anual médio EE: 4,8% a.a.

Combustíveis Fósseis

Brasil: 2015 – **22,1%** 2024 – **11,0%**

Mundo: 2015 – **65,4%**

Renováveis

Brasil: 2015 – **75,5%** 2024 – **86,1%**

Mundo: 2015 – **24,1%**



Brasil - Expansão da Capacidade Instalada de Geração Elétrica MW – dez/2015 a dez/2024

| Fontes | 2015-24 | % |
|---------------------|---------------|--------------|
| Hidro | 28.350 | 39,6 |
| <i>UHE</i> | 25.134 | 35,1 |
| <i>PCH</i> | 3.216 | 4,5 |
| <i>CGH</i> | | |
| UTE | 17.036 | 23,8 |
| <i>Bioenergia</i> | 7.764 | 10,8 |
| <i>Fóssil</i> | 9.272 | 12,9 |
| Nuclear | 1.410 | 2,0 |
| Eólica | 16.567 | 23,1 |
| Solar | 8.279 | 11,6 |
| Total | 71.642 | 100,0 |
| <i>% renováveis</i> | | 85,1 |

68.487 MW até 2025



Eólica no Brasil em 2015

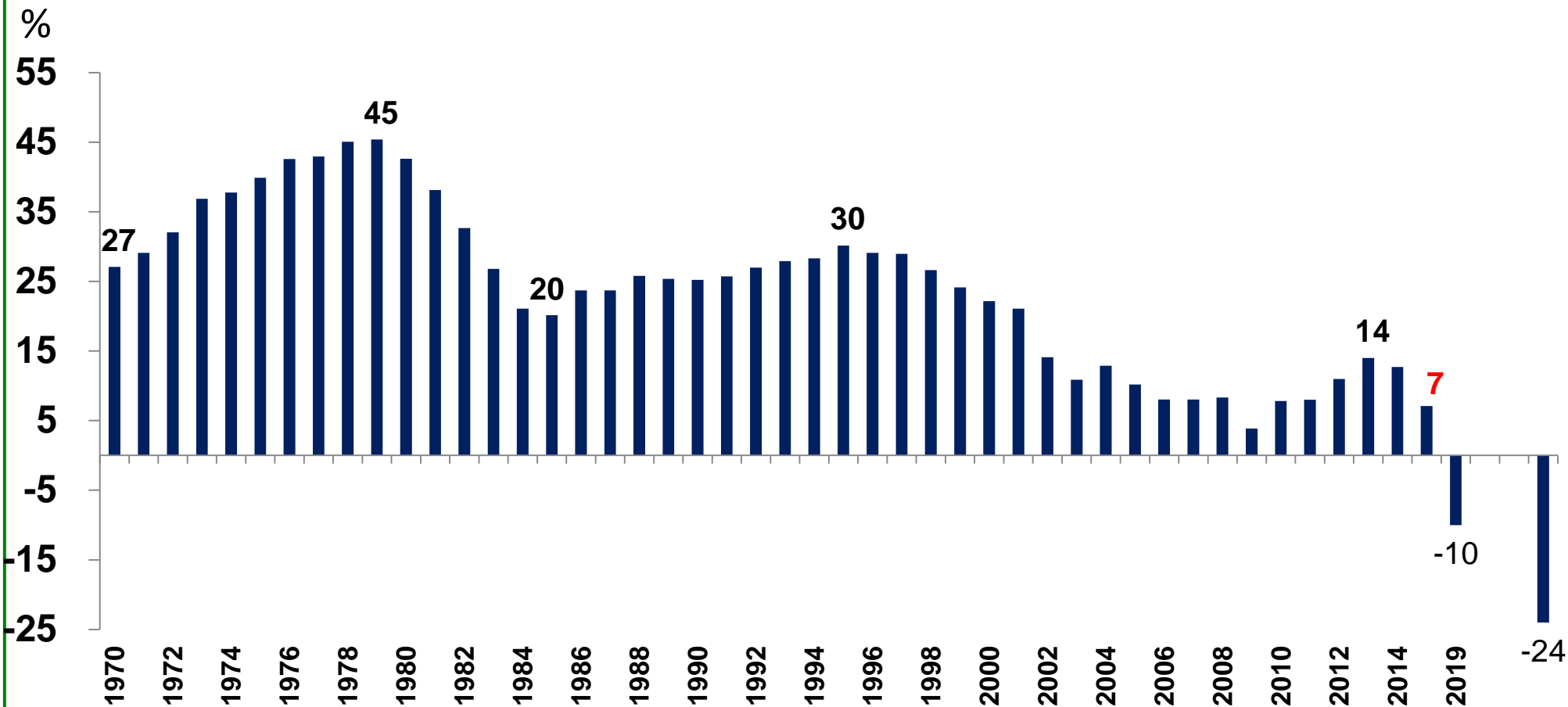
| Estado | Geração (GWh) | Estrutura da Geração (%) | Potência Instalada (MW) | Fator de Capacidade (%) | Expansão no Ano (MW) |
|---------------|---------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| RN | 7.476 | 34,6 | 2.388 | 41,2 | 764 |
| CE | 4.482 | 20,7 | 1.234 | 41,7 | 15 |
| BA | 3.999 | 18,5 | 1.218 | 42,9 | 377 |
| RS | 3.499 | 16,2 | 1.533 | 33,4 | 818 |
| PI | 898 | 4,2 | 503 | 34,7 | 415 |
| PE | 648 | 3,0 | 379 | 31,6 | 353 |
| SC | 320 | 1,5 | 242 | 15,2 | 4 |
| PB | 158 | 0,7 | 69 | 26,1 | - |
| RJ | 76 | 0,4 | 28 | 30,9 | - |
| SE | 65 | 0,3 | 35 | 21,5 | - |
| PR | 4 | 0,0 | 3 | 18,3 | - |
| Brasil | 21.625 | 100 | 4.888 | 38,0 | 2.745 |

Em 2016, a geração eólica do RS deverá responder por 15% da geração do Brasil



BRASIL - AUTO SUFICIÊNCIA / IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Parcela de Importação na Oferta de Energia (%)





BRASIL – PDE 2024

INVESTIMENTOS NO SISTEMA ENERGÉTICO

PERÍODO 2014 / 2024

Investimentos em Energia PDE 2024

| | R\$ bilhões (*) | % |
|----------------------------|-----------------|-------|
| Petróleo e Gás Natural | 993 | 70,6 |
| Eletricidade | 376 | 26,7 |
| Biocombustíveis | 39 | 2,6 |
| Total de Investimentos (*) | 1.407 | 100,0 |

A expansão prevista para a produção primária de energia possibilitará Superávit de 25,6% sobre a demanda total de energia, revertendo os atuais déficits, próximos de 13%

(*) Representa cerca de **2,8% do PIB** e **14,4% da FBCF**, ambos acumulados no período.

No PDE 2025 pode-se estimar um investimento total em energia para cerca de **R\$ 1,3 bilhões**.



CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO ELÉTRICA (BRASIL) 2015 e 2024/2025 (*) (GW)

| Fonte | 2015 | 2024 | 2025 | Estrutura (%) | |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|
| | | | | 2015 | 2025 |
| Hidro | 91,7 | 120 | 115,4 | 65,0 | 55,3 |
| Nuclear | 2,0 | 3,4 | 3,4 | 1,4 | 1,6 |
| Gás Natural | 12,4 | 23,2 | 23,3 | 8,8 | 11,2 |
| Carvão | 3,6 | 3,9 | 3,9 | 2,6 | 1,9 |
| Óleo (**) | 8,6 | 6,5 | 3,7 | 6,1 | 1,8 |
| Gás Industrial (***) | 1,7 | 1,9 | 1,6 | 1,2 | 0,8 |
| Biomassa | 13,3 | 21,1 | 23,4 | 9,4 | 11,2 |
| Eólica | 7,6 | 24,2 | 25,1 | 5,4 | 12,0 |
| Solar | 0,032 | 8,3 | 9-11 | 0,0 | 5,3 |
| TOTAL | 140,9 | 212,5 | 210,8 | 100 | 100 |

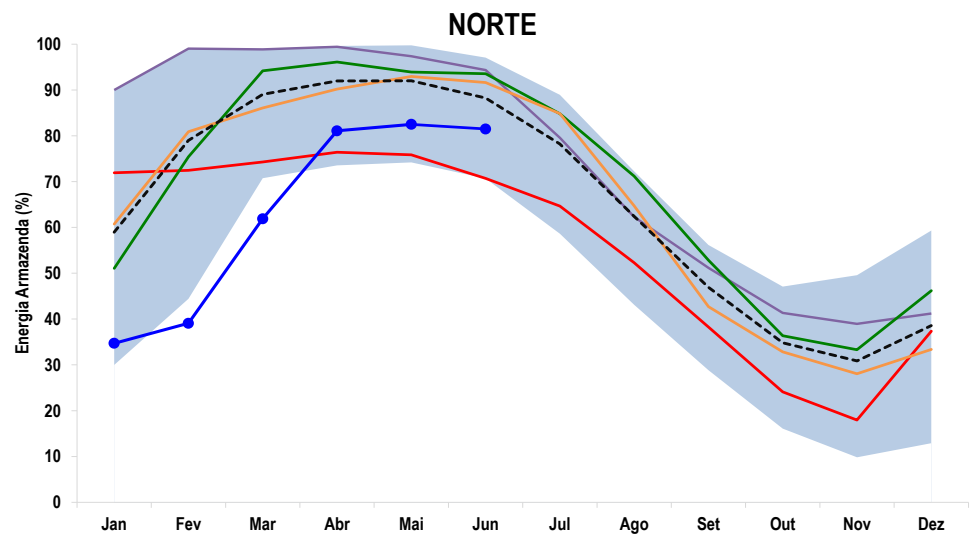
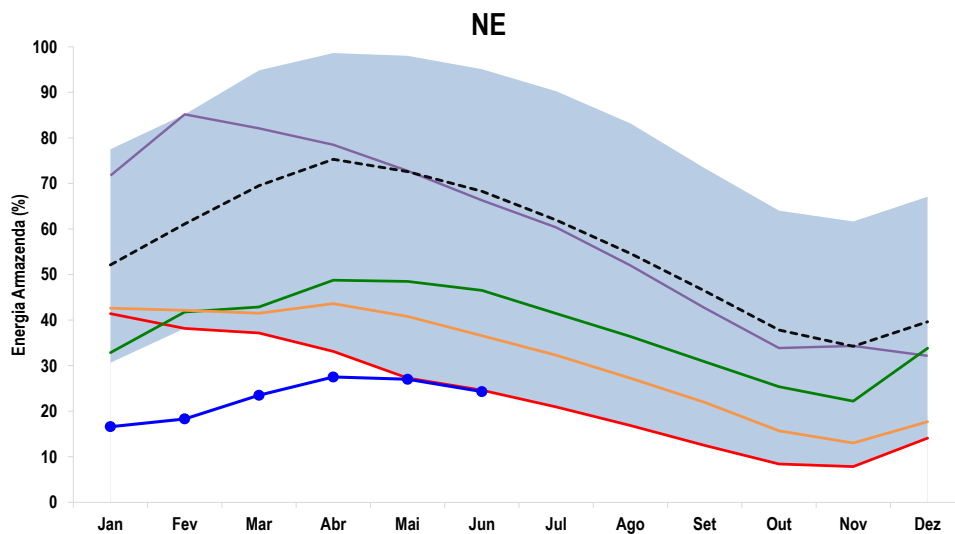
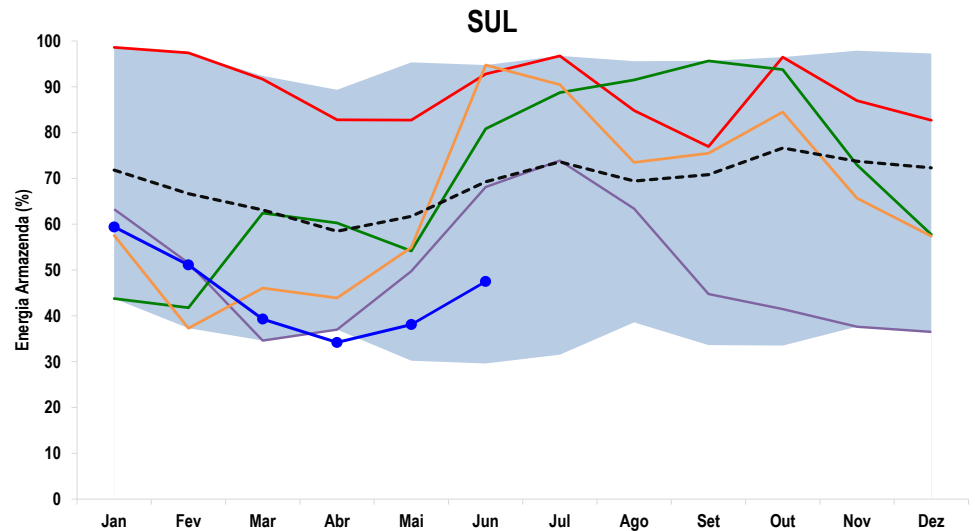
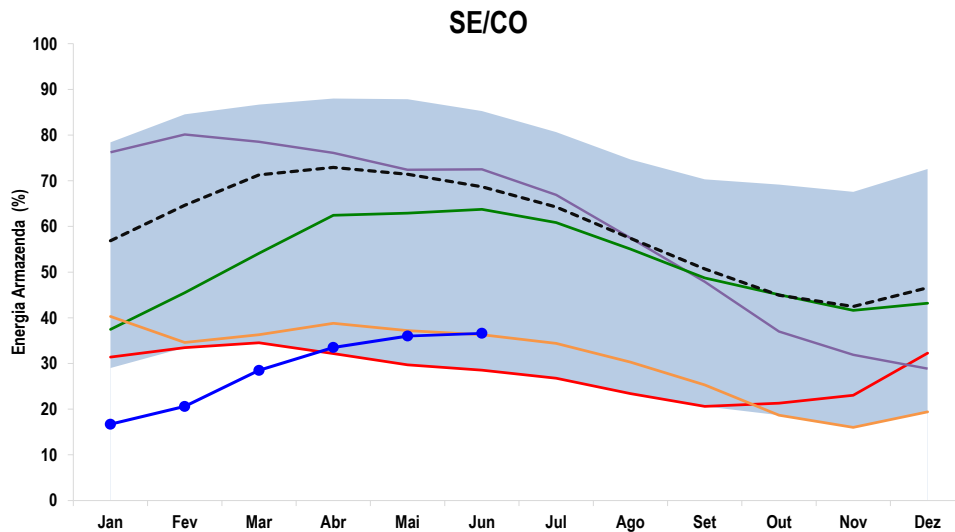
(*) Inclui autoprodutor cativo e sistemas isolados. Não inclui parte paraguaia de Itaipu.

(**) Inclui óleo diesel e óleo combustível

(***) Inclui gás de refinaria, gás de alto forno, gás de aciaria, gás de coqueria e gás de enxofre



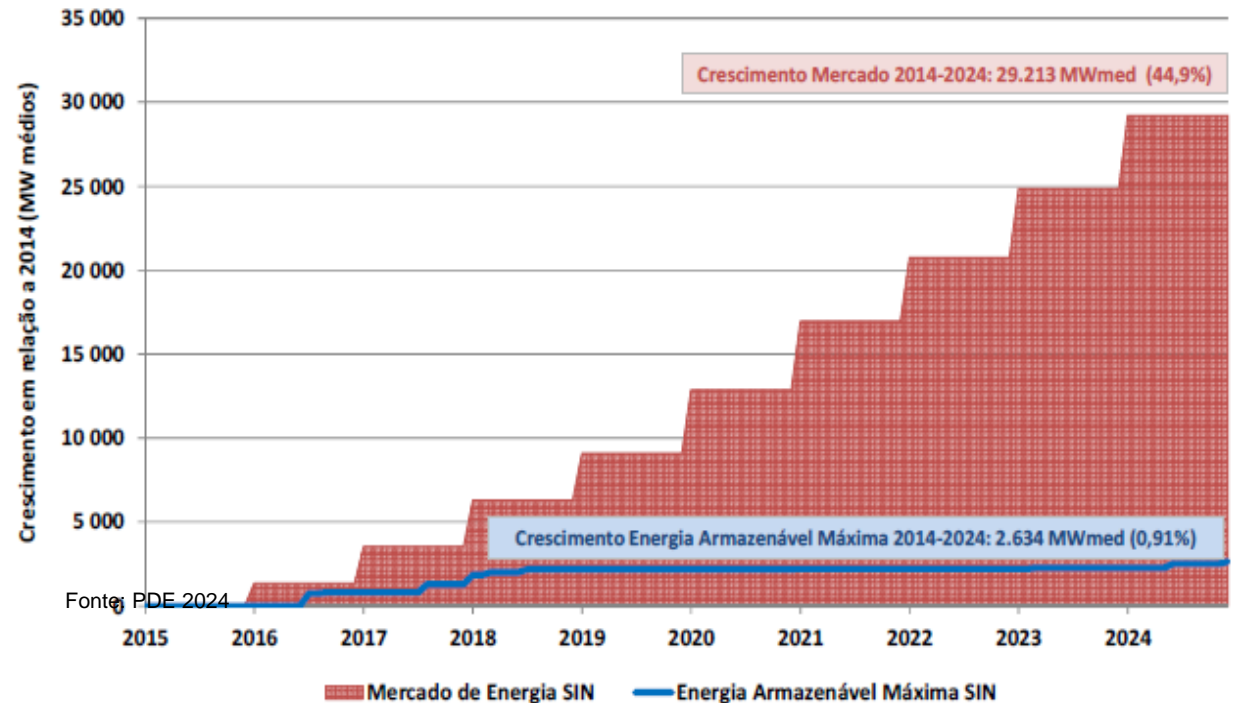
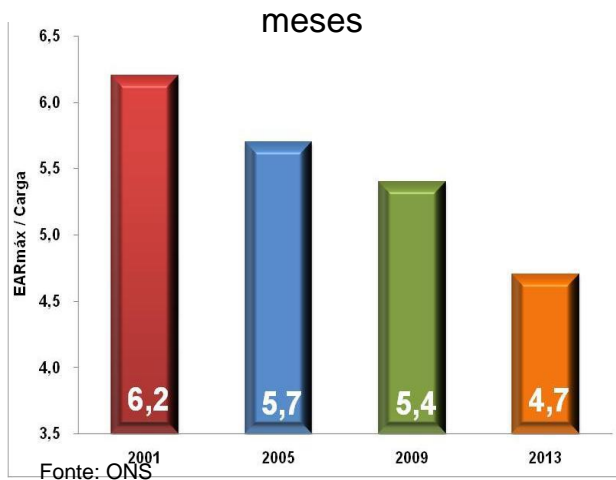
ARMAZENAMENTOS HISTÓRICOS



* Previsão ONS rev 1 PMO em 05/06/2015

■ Histórico (2000-2014) — 2001 — 2012 — 2013 — 2014 ● 2015* - - - Média

CAPACIDADE DE REGULARIZAÇÃO DO SIN



- Perda gradativa da capacidade de regularização plurianual
- Dificuldade crescente na implantação de novos projetos hidrelétricos (região da Amazônia)
- Novos projetos não possuem reservatórios



AGENDA DE DESAFIOS

- **POTENCIAL HIDROELÉTRICO BRASILEIRO:** 260.000 MW (3º/4º do mundo)
- **PROGRAMA TÉRMICO (operação de base)**
 - Nuclear (aceitação pública, resíduos, segurança e outros).
 - Gás Natural (outros usos, matéria prima na indústria, oferta e preços).
 - Carvão Mineral (queima limpa eficiente, emissões de gases de efeito estufa e evolução da tecnologia de captura do carbono).
- **COMPLEMENTAÇÃO POR FONTES ENERGÉTICAS RENOVÁVEIS**
 - Eólica, Biomassa (bagaço de cana-de-açúcar), Solar Fotovoltaica, eventualmente Termo Solar e Lixo Urbano.
- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COM AVANÇOS TECNOLÓGICOS**

A Expansão da Capacidade Instalada do Brasil, a partir do quinquênio 2025/2030, sem parcelas significativas de novas hidroelétricas, será **majoritariamente** baseada em Termoeletricidade na base.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.2 Condições de Atendimento do Sistema Interligado Nacional – SIN

Operação eletroenergética em 2016 e as condições de atendimento para o período de 2017 a 2020.

Responsáveis: Secretaria de Energia Elétrica



Condições de Atendimento para o Período 2016/2020

- **2016: acelerado o processo de desligamento de termelétricas complementares ao modelo de otimização. Participação reduzida de 27%, em 2015, para 21%.**
- **Estão asseguradas as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN para o período 2016 a 2020;**
- **Resultados das simulações:**
 - Critério CNPE atendido em todo o horizonte 2017/2020**
 - Maiores valores:**

| | |
|-----------------------|---|
| Sudeste: 1,0% | Sul: 2,0% (<i>somente em 2017</i>) |
| Nordeste: 0,1% | Norte: 0,1% |
- **Critério CNPE: Até 5,0% de risco de déficit de carga**



Premissas Consideradas

➤ Expansão da Geração (MW) - Período 2016 a 2020:

| Tipo | 2015* | | 2020* | | Crescimento 2015*-2020* | |
|-----------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------------------|-------------|
| | MW | % | MW | % | MW | % |
| Hidráulica | 96.832 | 72,7 | 114.168 | 68,2 | 17.336 | 17,8 |
| Nuclear | 1.990 | 1,5 | 1.990 | 1,2 | - | 0,0 |
| Gás / GNL | 11.893 | 8,9 | 14.548 | 8,7 | 2.655 | 22,3 |
| Carvão | 3.210 | 2,4 | 3.514 | 2,1 | 304 | 9,5 |
| Biomassa | 6.947 | 5,2 | 7.956 | 4,8 | 1.009 | 14,5 |
| Outras ⁽¹⁾ | 837 | 0,6 | 1.253 | 0,7 | 416 | 49,7 |
| Óleo / Diesel | 4.731 | 3,6 | 4.732 | 2,8 | - | 0,0 |
| Eólica | 6.684 | 5,0 | 16.476 | 9,8 | 9.792 | 146,5 |
| Solar | 18 | 0,0 | 2.654 | 1,6 | 2.636 | - |
| Total | 133.142 | 100 | 167.291 | 100 | 34.148 | 25,6 |

* 31/dezembro

Referência: PMO novembro/16



Premissas Consideradas

➤ Previsão de Carga – Revisão Quadrimestral setembro/2016:

| Ano | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Previsão de Carga (MWmédio) | 66.645 | 68.252 | 70.758 | 73.688 | 77.002 |
| Crescimento (%) | - | 2,4 % | 3,7 % | 4,1 % | 4,5 % |

Taxa de Crescimento médio anual da Carga de 2016 a 2020: 3,7%

Considerando:

Crescimento médio anual do PIB de 2016 a 2020: 2,4%



Pontos de Atenção

1- Atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN

- 1.1 - Perda de regularização dos reservatórios das hidrelétricas na matriz;**
- 1.2 - Aumento de fontes intermitentes e expansão da geração hidrelétrica a fio d'água - a operação é mais complexa;**



Avaliação do Atendimento à Região Nordeste



Bacia do Rio São Francisco

- **Precipitação e vazões significativamente abaixo da média histórica desde 2012;**
- **Operação com foco na segurança hídrica;**
- **Sucessivas reduções da defluência mínima dos reservatórios;**
- **Consequente redução da geração hidrelétrica na região e necessidade de complementação via térmicas e intercâmbio;**
- **Atualmente estão sendo realizados testes na defluência mínima de 750 m³/s a partir da UHE Sobradinho (valor mínimo de referência constante na licença de operação é de 1.300 m³/s);**
- **Sem a presença do Setor Elétrico com seus reservatórios as afluições alcançariam valores inferiores a 500 m³/s.**



Destaques da Expansão da Geração

- **Recorde de Expansão Anual: 9.113 MW (até novembro)**
 - Fontes renováveis: 8.392,5 MW
 - Fontes não-renováveis: 720,5 MW
- **Conclusão de grandes usinas**
 - UHE Jirau: 3.750 MW (50 x 75,0 MW)
 - UHE Teles Pires: 1.820 MW (5 x 364,0 MW)
 - UHE Cachoeira Caldeirão: 219 MW (3 x 73,0 MW)
 - UTE Maranhão 3: 518,8 MW (2x168,8 MW + 1x181,2 MW)
- **Entrada em operação**
 - UHE Belo Monte: 11.233 MW (18 x 611,11 MW + 6 x 38,85 MW)
 - Em operação: 1.988 MW (3 x 611,11 MW + 4 x 38,85)
 - UEEs: 2.249 MW (Regiões nordeste e sul)
 - UTEs: 1.663,8 MW
 - Combustíveis renováveis: 942,84 MW
 - Combustíveis não-renováveis: 720,97 MW



Destques da Transmissão

- **Entrada em operação comercial do sistema de integração da UHE Teles Pires, 1ª parte (LT 500 kV Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho, C1 e C2), em 29/07/2016, e 2ª parte (LT 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte – Marimbondo II, C1 e C2), em 01/09/2016, total de 2.280 km de extensão;**
- **Realizada a 2ª Etapa do Leilão de Transmissão 13/2015 em 28/10/2016, sendo arrematados 21 Lotes (5.753,7 km de LTs), investimentos estimados em R\$ 11,49 bilhão (91,33% do total ofertado), e deságio médio de 12,07%.**
- **Até o final de 2016 ainda há a expectativa de entrada em operação de mais 360 km de novas linhas de transmissão e 700 MVA de capacidade transformadora adicional.**



Destques da Transmissão

- **Para 2017 prevista a adição de mais 3.000 km de novas linhas de transmissão e 15.000 MVA de capacidade instalada de transformação, com destaque para o sistema de 500 kV Araraquara – Taubaté e Taubaté – Nova Iguaçu, em complementação da integração das usinas do Rio Madeira.**
- **Em 2018 está prevista a entrada em operação de mais 7.200 km e mais de 19.000 MVA de capacidade transformadora adicional, destacando-se o 1º bipolo do sistema de integração de Belo Monte e sua complementação na região sudeste.**
- **Ações institucionais para a melhoria do ambiente de expansão da capacidade do Sistema Elétrico Brasileiro no segundo semestre de 2016, como o aperfeiçoamento das condições de oferta dos empreendimentos para participação nos leilões públicos de transmissão. Busca da melhoria da atratividade para a participação da iniciativa privada.**



Pontos de Atenção - Transmissão

- **Estrangulamento da capacidade de escoamento;**
- **Garantia da entrega da expansão da transmissão nas datas programadas;**



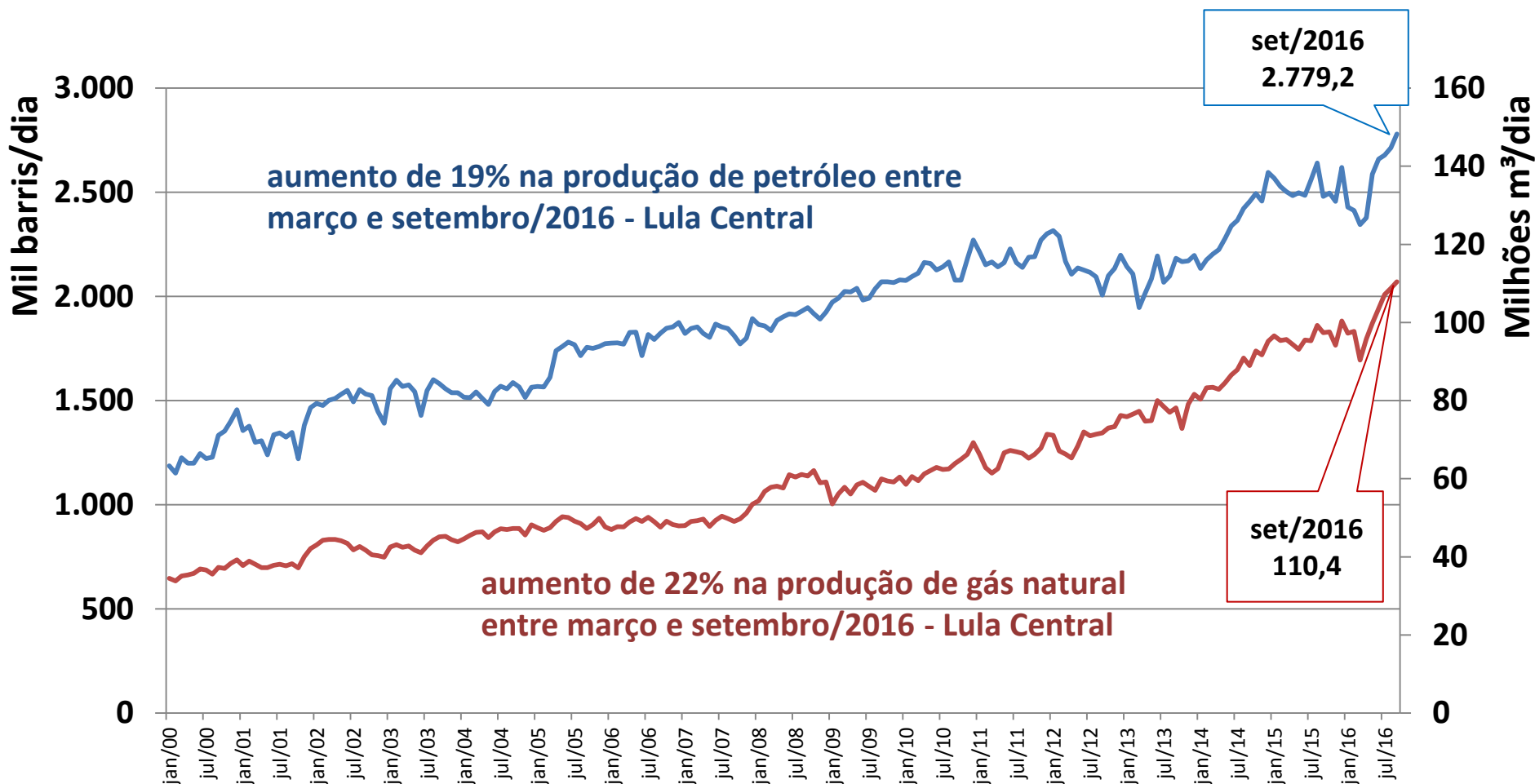
2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.3 Abastecimento de Petróleo, Gás Natural, Derivados e Biocombustíveis

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Produção de Petróleo + LGN e Gás Natural

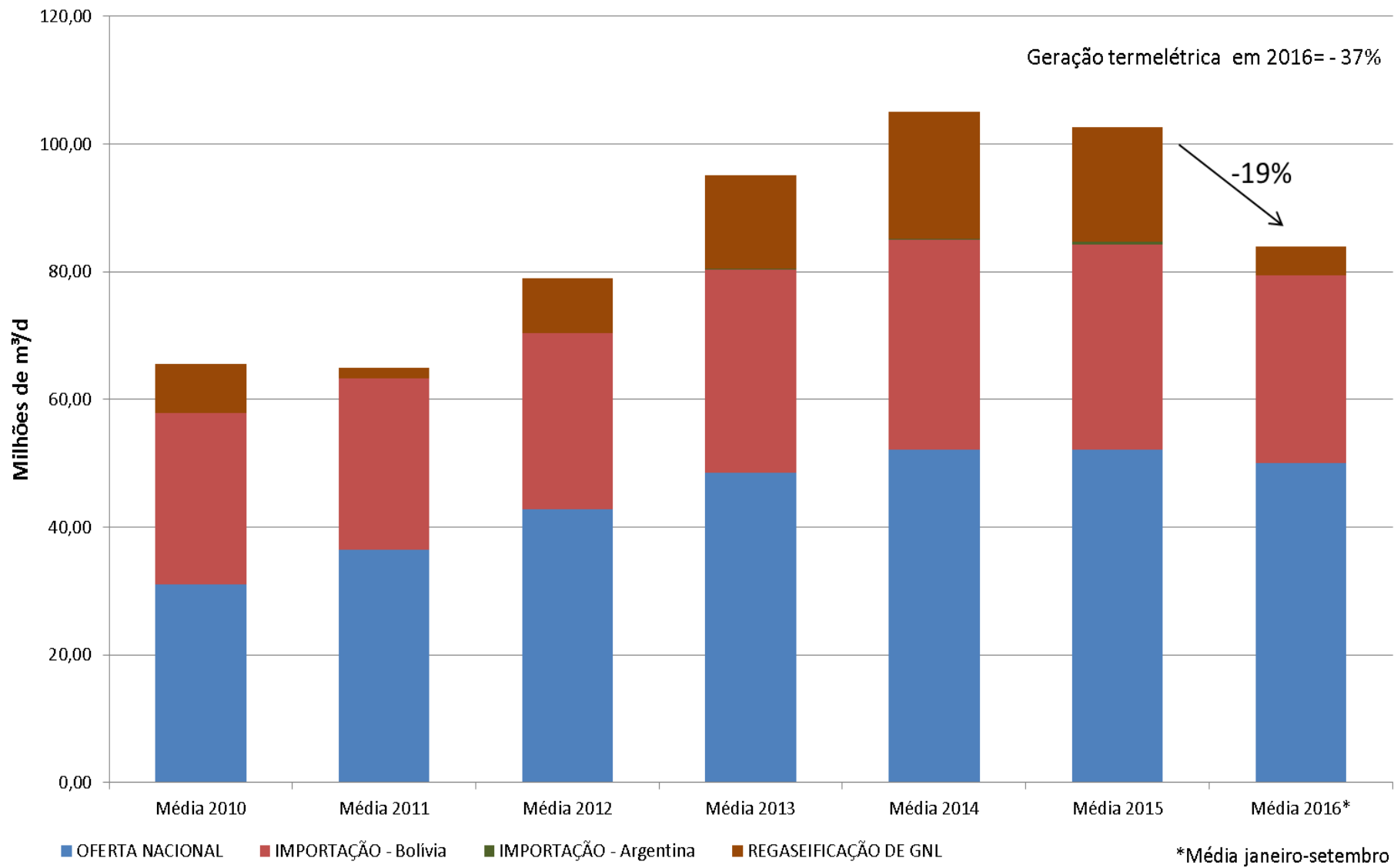


— Petróleo + LGN — Prod. Gás Natural

Fonte: ANP, até set/2016



OFERTA DE GÁS NATURAL



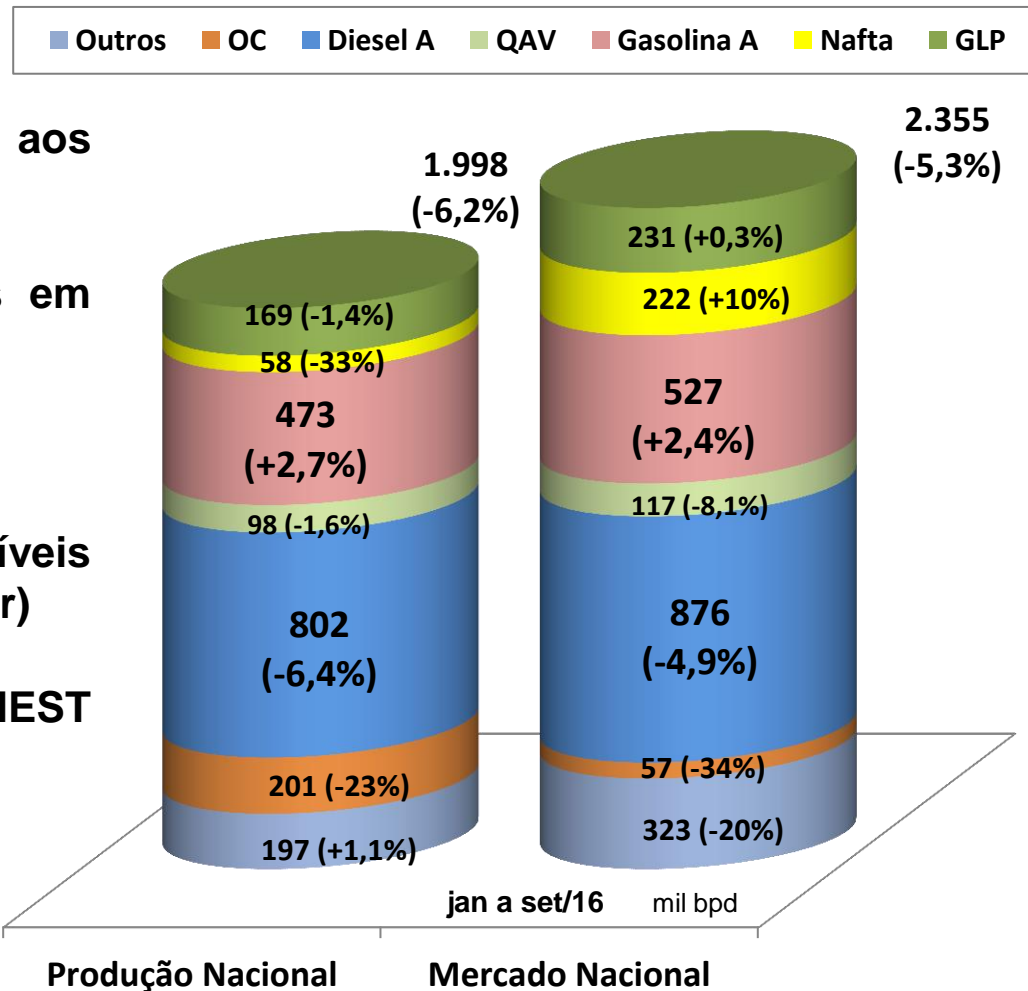


Abastecimento de Combustíveis

Fatos Relevantes:

- Mercado de combustíveis reduziu aos mesmos níveis verificados em 2013
- Redução da produção de combustíveis em 6,2%, equivalente à produção de 2012
- Déficit de cerca de 360 mil bpd
- Aumento de importação de combustíveis (15% maior em relação ao período anterior)
- Capacidade de processamento da RNEST passou de 74 para 100 mil b/d (mar/2016)

Mercado de Derivados



percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior



Biocombustíveis: Abastecimento do Mercado

Etanol

- Produção: **28,4 milhões de m³** (Demanda Interna: **27 milhões de m³**)
- Abastecimento garantido, apesar da queda de produção, pela redução da demanda

✓ Perspectiva

- Curto prazo: estagnação da oferta de etanol

Biodiesel

- Demanda de biodiesel (2016): **3,8 milhões de m³**, retração de 4% em relação a 2015
- Ampliação anual gradativa dos novos percentuais de mistura (B8, B9 e B10), a partir de 2017, com realização de testes para validar B10 e B15
- Abastecimento está garantido (leilões regulares)

✓ Perspectiva

- Crescimento da demanda obrigatória

RenovaBio
Biocombustíveis 2030



Oportunidade para aumento da participação dos biocombustíveis na matriz até 2030



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.4 Leilões de Petróleo e Gás Natural

Definição de blocos a serem ofertados na 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural.

(Áreas em estudo pela ANP e proposta de inclusão de área na Bacia de Campos Águas Profundas)

Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



14ª Rodada de Licitações

- **Objetivos**

- Atração de investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras terrestres e marítimas;
- Fomentar as atividades nas bacias terrestres visando o fortalecimento da indústria onshore;
- Aumento da oferta de gás natural em terra;
- Manutenção da produção no médio e longo prazos a partir da oferta de áreas de elevado potencial;
- Manutenção das atividades exploratórias em bacias maduras e estímulo ao aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte;



14ª Rodada de Licitações

Proposta Original

**Resolução CNPE nº 5/2016
autoriza os estudos com
vistas à 14ª Rodada de
Licitações**

Sergipe-Alagoas Mar

Espírito Santo

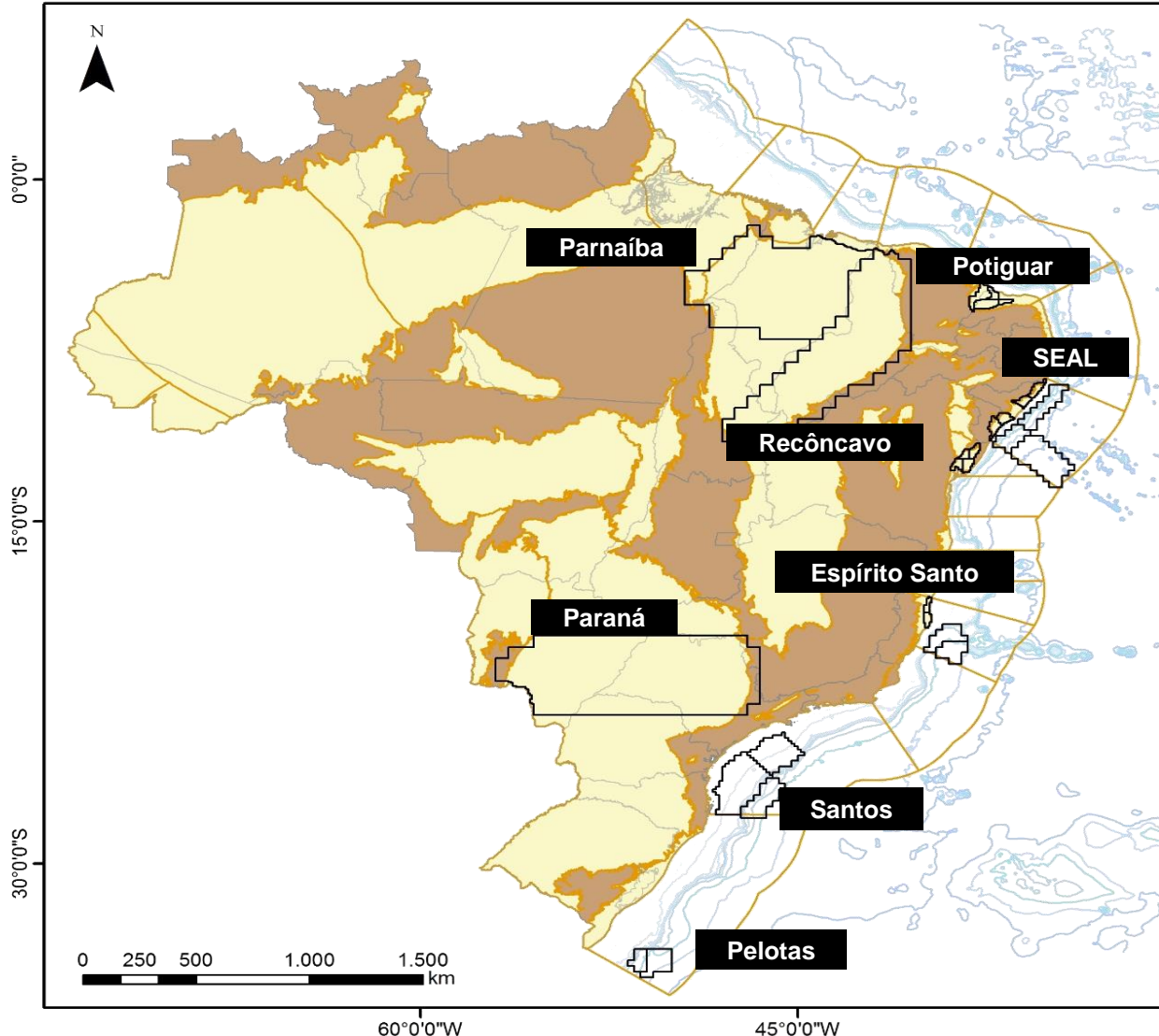
Santos Águas Rasas

Pelotas

Parnaíba

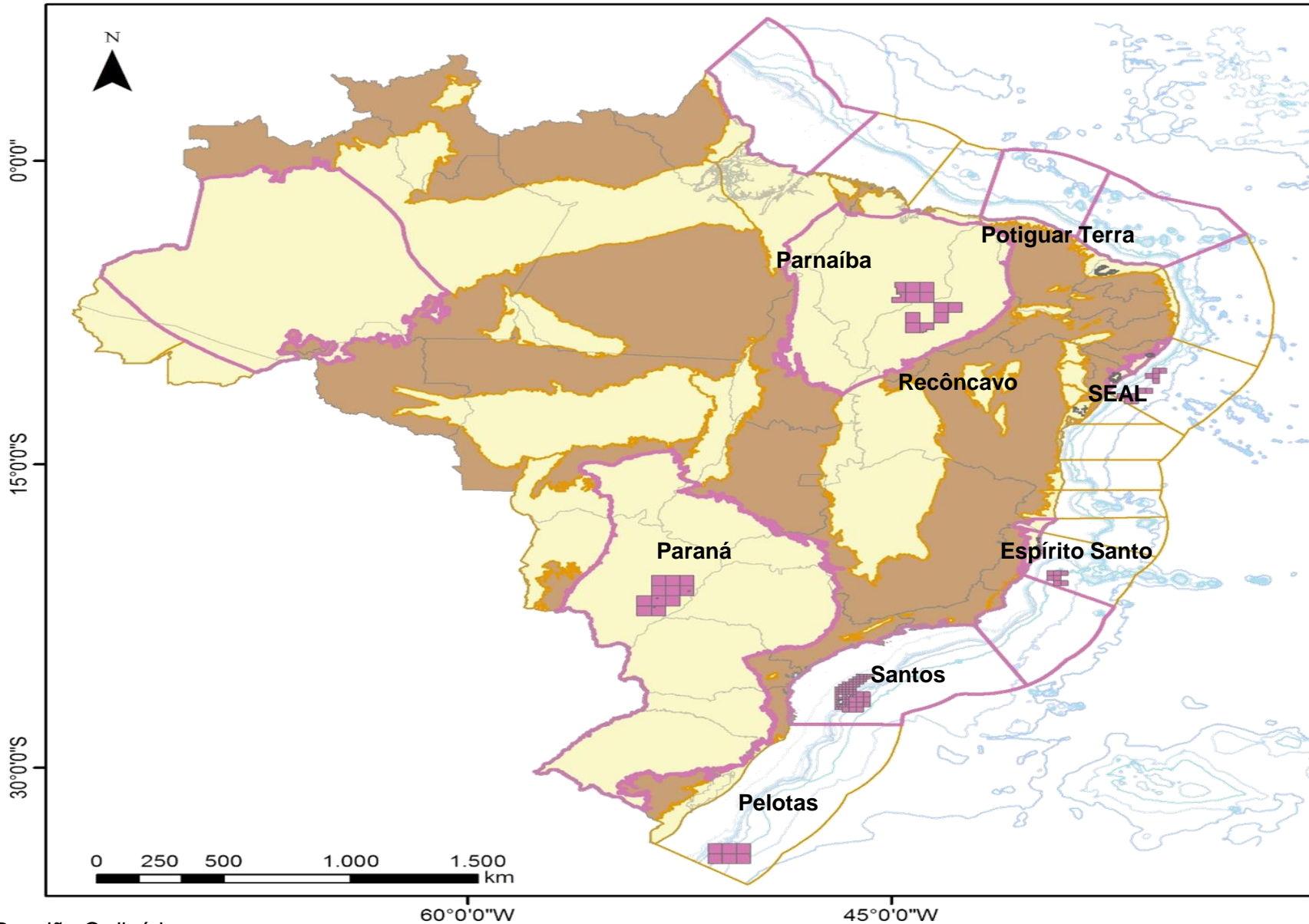
Paraná

**Bacias Maduras
(POT, SEAL, ES e Recôncavo)**





14ª Rodada – Resumo das áreas propostas



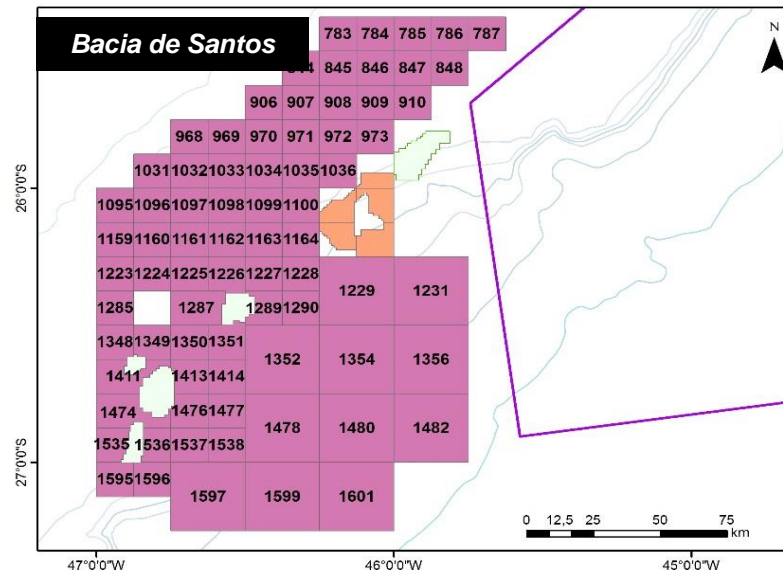
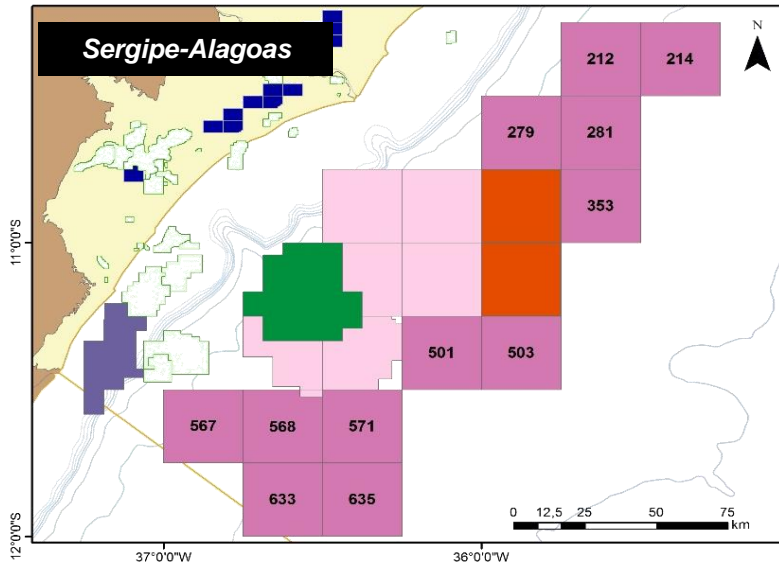


14ª Rodada de Licitações

| BACIA | UF | SETORES PARA ESTUDO |
|-----------------------|----|--------------------------------------|
| Sergipe Alagoas Mar | -- | SSEAL-AP1, SSEAL-AP2, SSEAL-AUP2 |
| Espírito Santo Mar | -- | SES-AP1 e SES-AP2 |
| Campos | -- | SC-AP1 e SC-AP3 |
| Santos Águas Rasas | -- | SS-AR3, SSAR4 e SS-AP4 |
| Pelotas | -- | SP-AP4 e SP-AUP4 |
| Parnaíba | MA | SPN-N |
| | PI | SPN-N e SPN-SE |
| Paraná | MS | SPAR-CN |
| Potiguar terra | RN | SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T4 e SPOT-T5 |
| Sergipe Alagoas Terra | SE | SSEAL-T4 e SSEAL-T5 |
| | AL | SSEAL-T1 e SSEAL-T2 |
| Recôncavo | BA | SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3 e SREC-T4 |
| Espírito Santo Terra | ES | SES-T4 e SES-T6 |
| Total: 9 | | 29 |



SEAL, ES, Santos e Pelotas

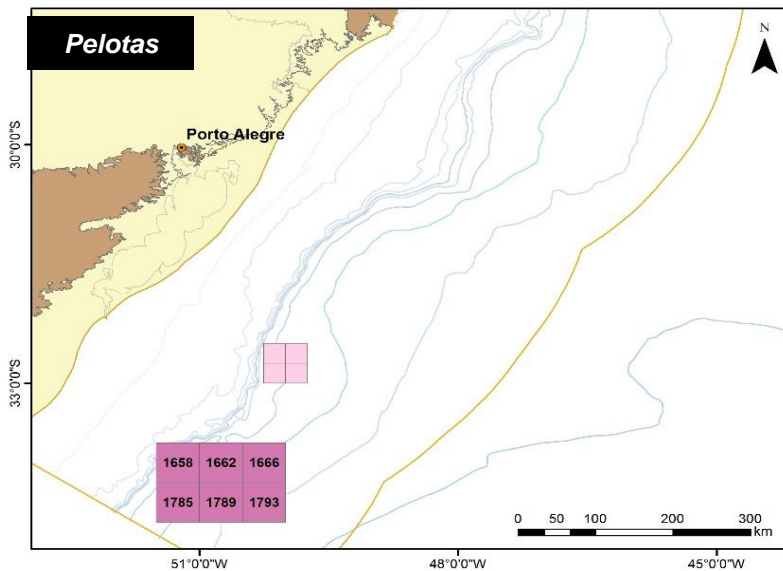
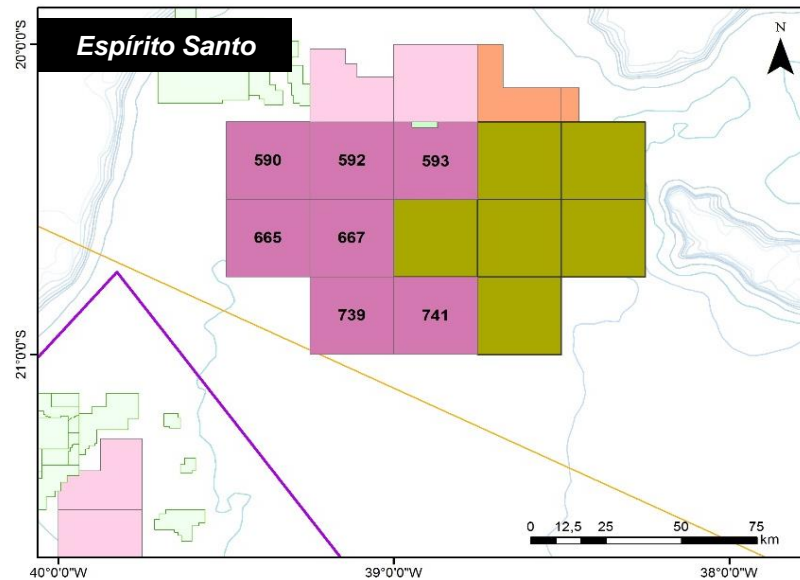


SEAL
 12 blocos
 ~9.000 km²

Espírito Santo
 7 blocos
 ~5.000 km²

Santos
 76 blocos
 ~19.000 km²

Pelotas
 6 blocos
 ~15.300 km²



- Blocos em Estudo R14
- Polígono Pré-sal
- Blocos Exploratórios - Rodadas**
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 9
- 10
- 11
- 13
- Campos em Desenv/Prod.



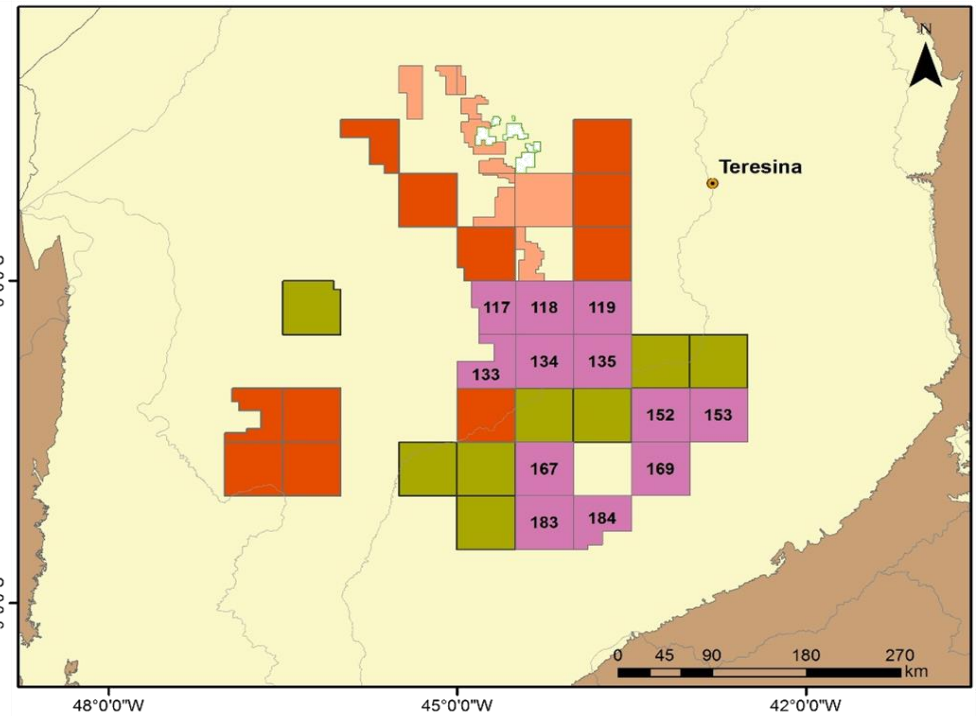
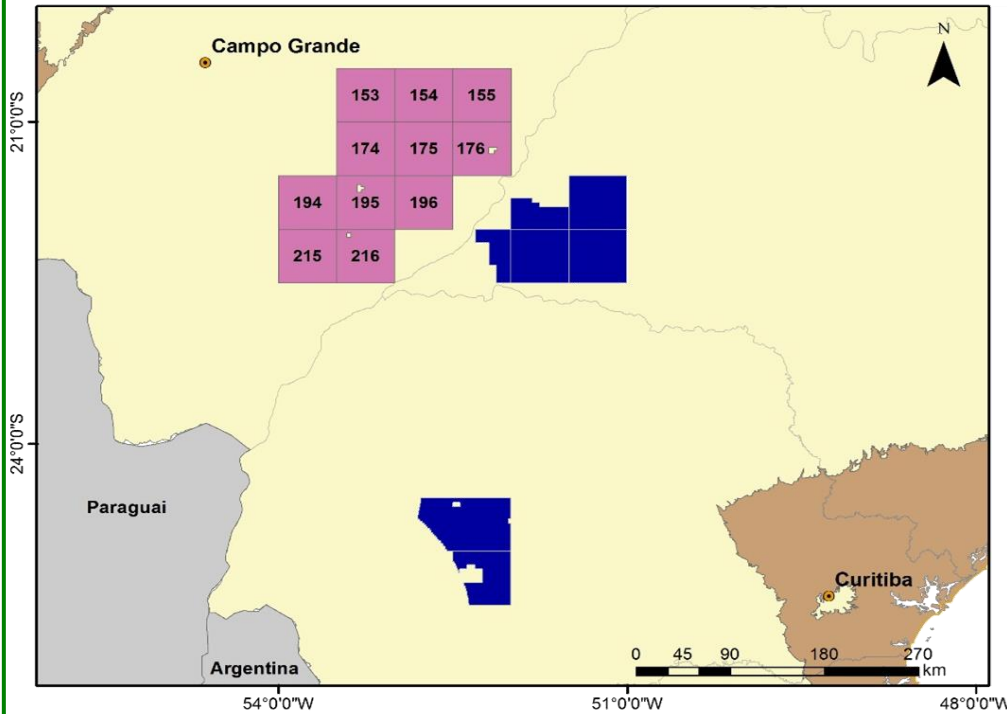
14ª Rodada – Parnaíba e Paraná

Bacia do Paraná (MS)

11 blocos
exploratórios
Área Total Proposta:
~31.500,00 km²

Bacia do Parnaíba (MA e PI)

12 blocos
exploratórios
Área Total Proposta:
~34.300,00 km²



 Blocos em Estudo R14

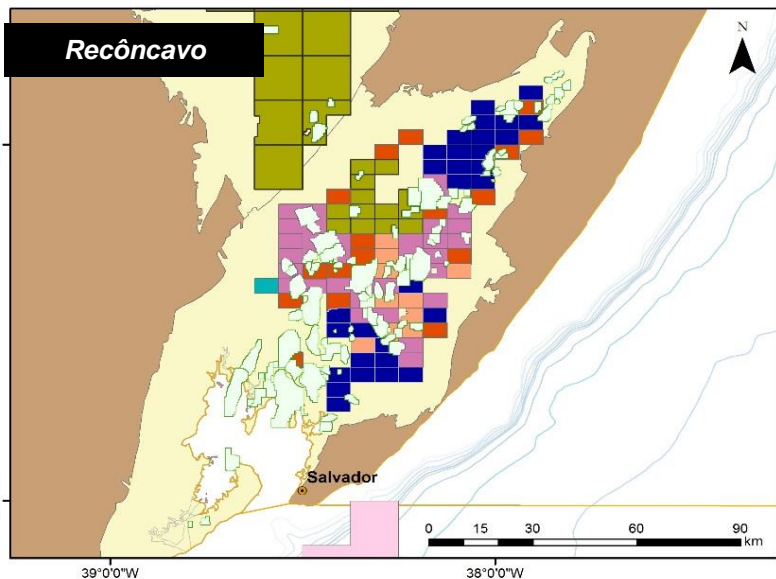
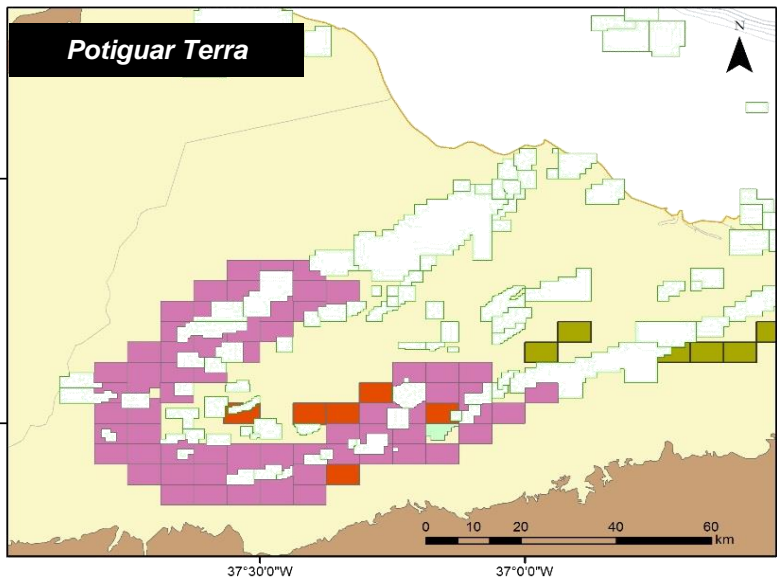
 Campos em Desenv/Prod.

Blocos Exploratórios - Rodadas

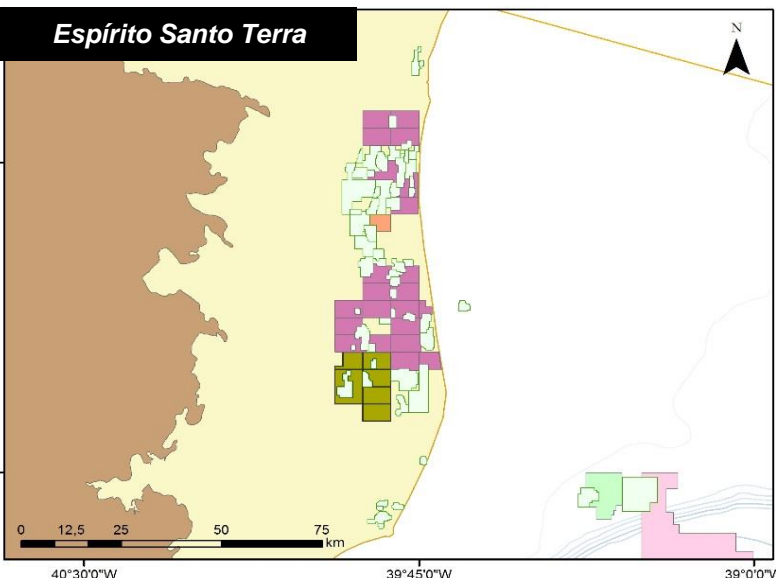
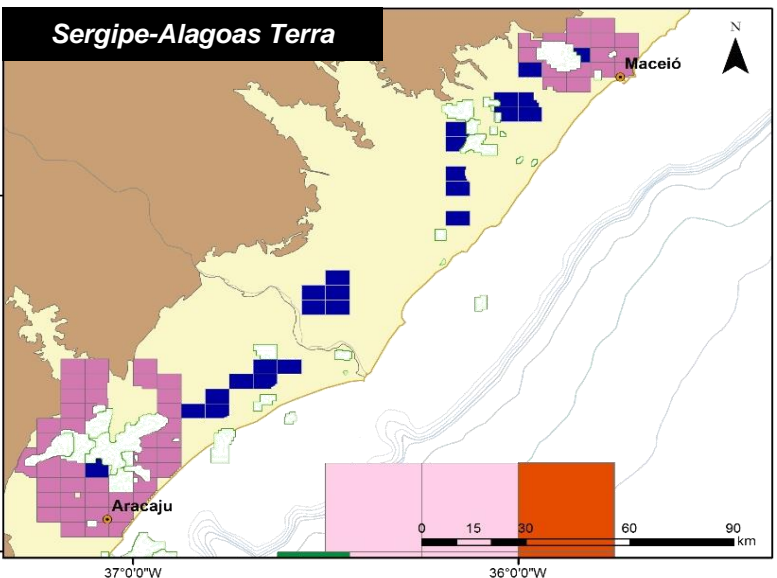
- | | | | |
|---|---|---|--|
|  2 |  5 |  9 |  13 |
|  3 |  6 |  10 | |
|  4 |  7 |  11 | |



14ª Rodada – Bacias Maduras



Potiguar Terra
 62 blocos
 ~1.700 km²
SEAL Terra
 58 blocos
 ~1.700 km²
Recôncavo
 27 blocos
 ~650 km²
ES Terra
 22 blocos
 ~540 km²



- Blocos em Estudo R14
- Projeto Topázio
- Blocos Exploratórios - Rodadas**
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 9
- 10
- 11
- 13
- Campos em Desenv/Prod.

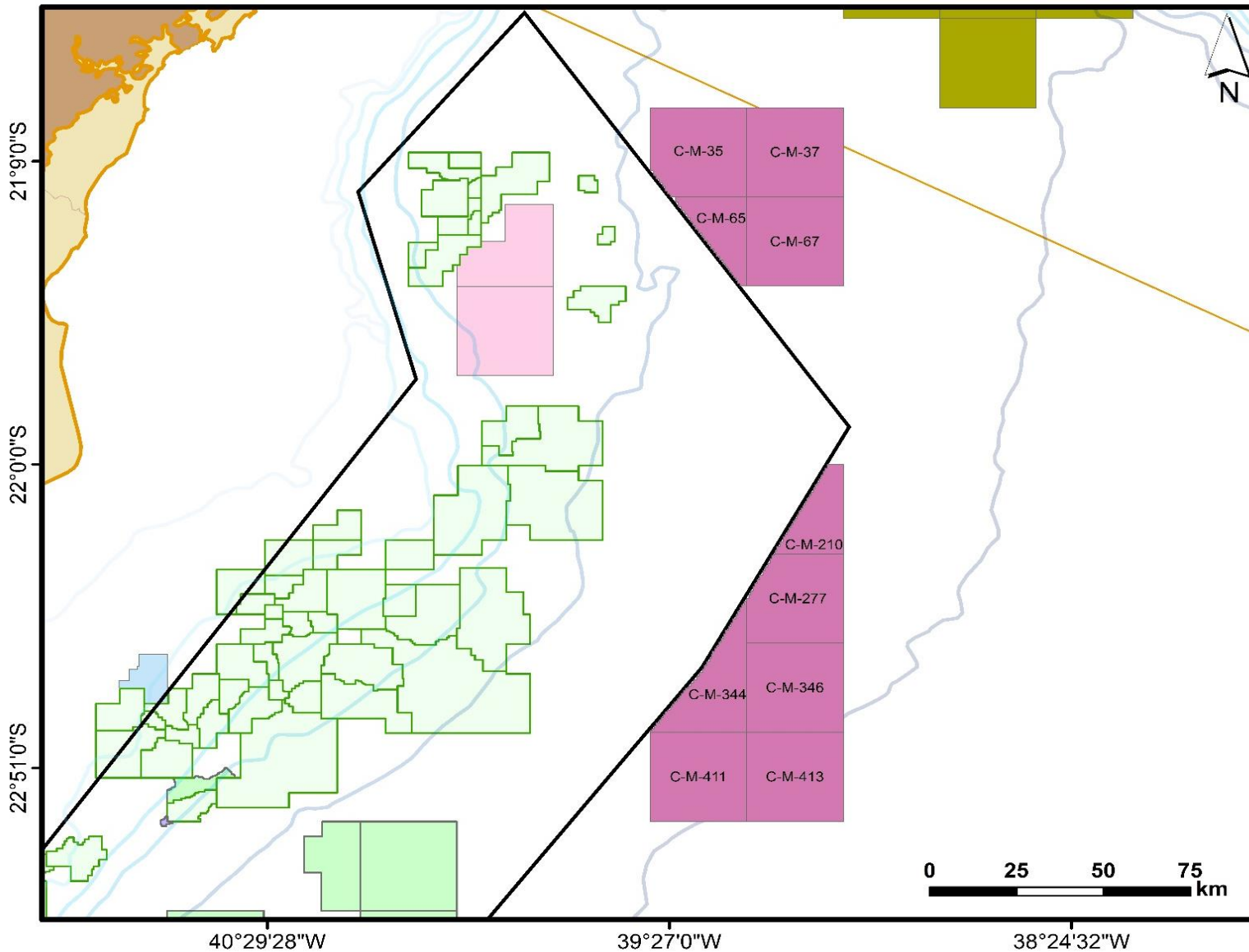


Resumo 14ª Rodada de Licitações

| BACIA SEDIMENTAR | QUANTIDADE DE BLOCOS | ÁREA (KM ²) |
|----------------------|----------------------|-------------------------|
| SEAL Mar | 12 | 9.038,85 |
| Campos | 10 | 6.025,69 |
| Espírito Santo Mar | 7 | 5.027,00 |
| Santos Águas Rasas | 76 | 18.904,87 |
| Pelotas | 6 | 15.326,47 |
| Parnaíba | 12 | 34.297,98 |
| Paraná | 11 | 31.471,66 |
| Potiguar Terra | 62 | 1.724,51 |
| SEAL Terra | 58 | 1.654,45 |
| Recôncavo | 27 | 647,56 |
| Espírito Santo Terra | 22 | 541,04 |
| Total | 303 | 124.663,07 |



Blocos Propostos para a Bacia de Campos



Campos Águas Profundas
10 blocos
6.025,69 km²



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.4 Leilões de Petróleo e Gás Natural

Definição de áreas a serem ofertadas e respectivos parâmetros técnicos e econômicos para a realização da 2ª Rodada de Licitações de Partilha da Produção.

Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

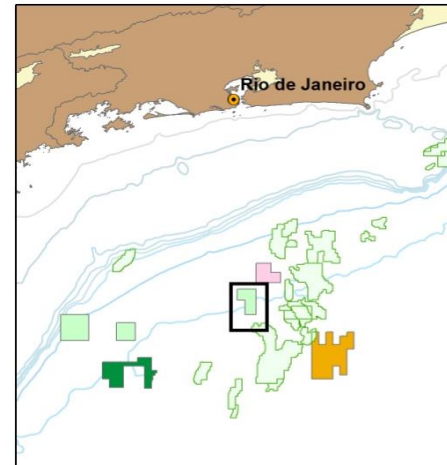
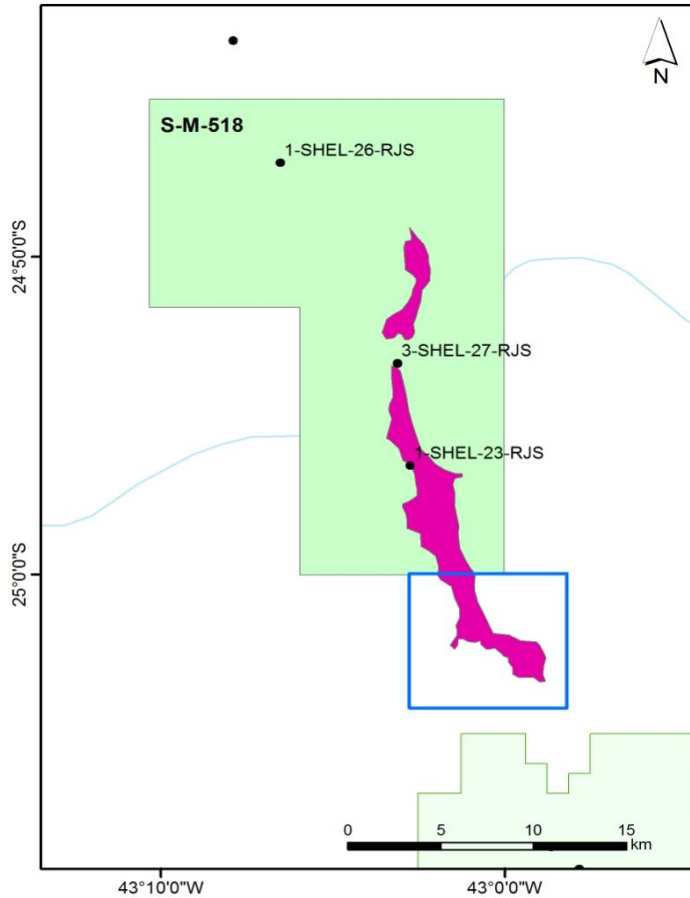


Avaliação Econômica das Áreas Unitizáveis

METODOLOGIA

- Para cada área unitizável são apresentadas 12 combinações de bônus de assinatura e alíquota mínima de partilha, considerando-se os seguintes parâmetros:
 - Preço do petróleo: US\$ 50 por barril
 - Níveis de carga fiscal: 60%, 65% 70% e 75%
 - 3 valores de bônus de assinatura para cada área
 - Preço do gás a US\$ 5 por milhão de Btu

Gato do Mato (S-M-518)

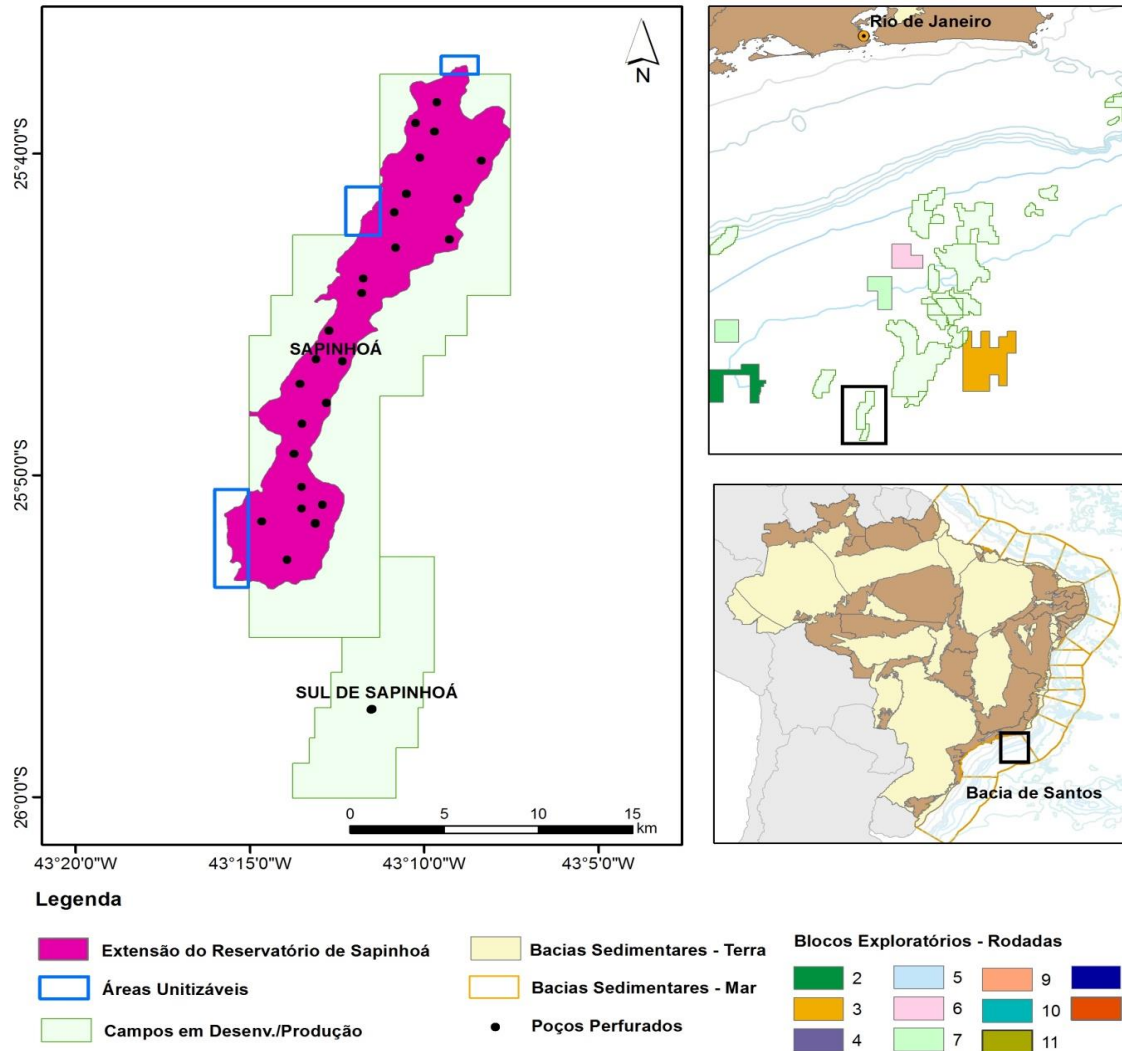


Legenda

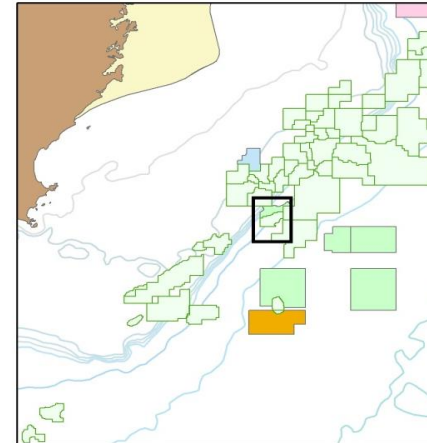
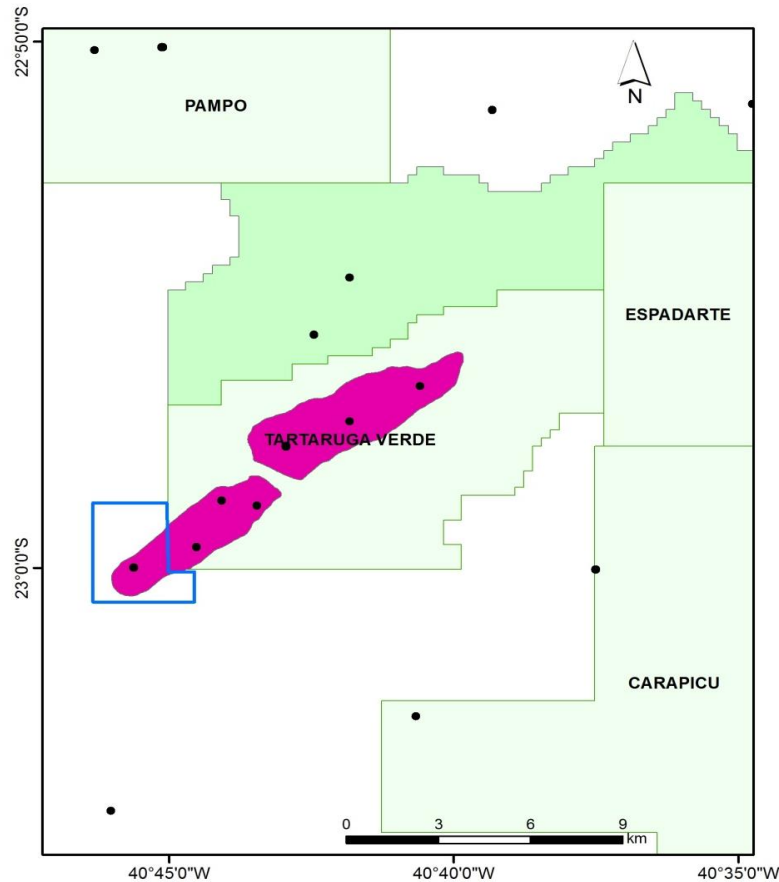
- | | | | |
|--|-----------------------------|---------------------------------------|----|
| Extensão do Reservatório de Gato do Mato | Bacias Sedimentares - Terra | Blocos Exploratórios - Rodadas | |
| Áreas Unitizáveis | Bacias Sedimentares - Mar | 2 | 5 |
| Campos em Desenv./Produção | Poços Perfurados | 3 | 6 |
| | | 4 | 7 |
| | | 9 | 12 |
| | | 10 | 13 |
| | | 11 | |



Sapinhoá



Tartaruga Verde



Legenda

- Extensão do Reservatório de Tartaruga Verde/Mestiça
- Áreas Unitizáveis
- Campos em Desenv./Produção

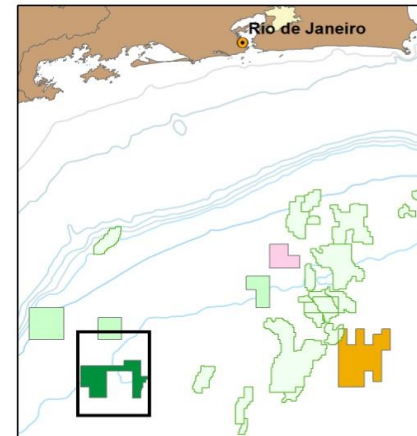
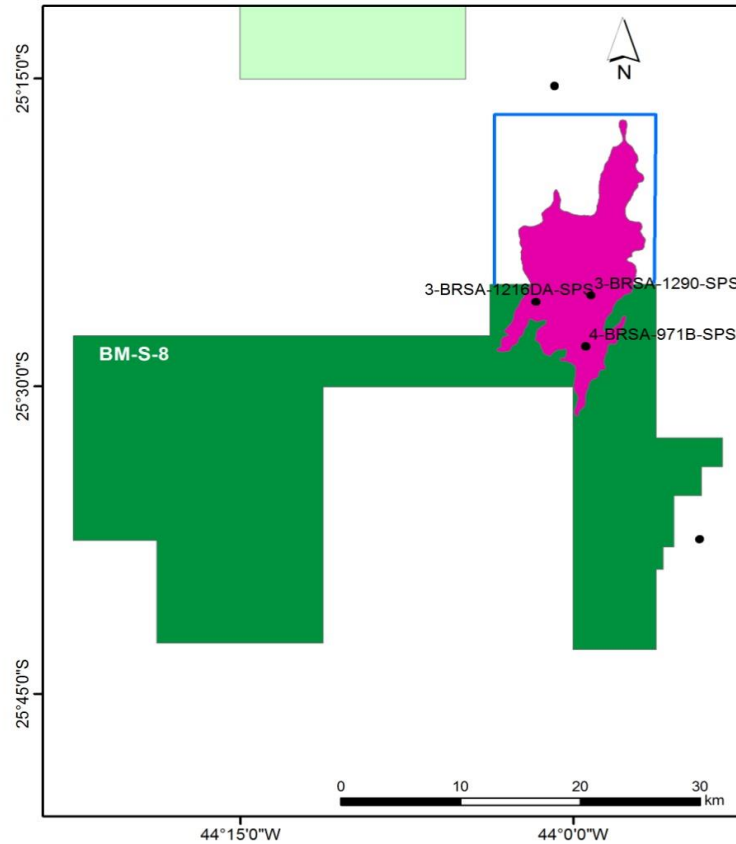
- Bacias Sedimentares - Terra
- Bacias Sedimentares - Mar
- Poços Perfurados

Blocos Exploratórios - Rodadas

- | | | | |
|--|--|---|---|
| 2 | 5 | 9 | 12 |
| 3 | 6 | 10 | 13 |
| 4 | 7 | 11 | |



Carcará (BM-S-8)



Legenda

- Extensão do Reservatório de Carcará
- Áreas Unitizáveis
- Campos em Desenv./Produção
- Bacias Sedimentares - Terra
- Bacias Sedimentares - Mar
- Poços Perfurados

Blocos Exploratórios - Rodadas

- | | | | |
|---|---|----|----|
| 2 | 5 | 9 | 12 |
| 3 | 6 | 10 | 13 |
| 4 | 7 | 11 | |



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.5 Regras da política de conteúdo local nas rodadas de licitações de blocos exploratórios, acumulações marginais e partilha de produção.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



2ª Rodada de Partilha de Produção

- Incluir na Proposta de Resolução CNPE sobre a rodada, a partir de sugestão do PEDEFOR, as seguintes exigências a título de CL.
 - Obrigações de CL em condições iguais que àquelas das concessões das áreas adjacentes.
 - Áreas unitizáveis a blocos da 7ª Rodada (Gato do Mato e Tartaruga Verde), adotarão também os percentuais mínimos já contratados de CL para itens e subitens das tabelas de compromisso e as demais condições de CL dos contratos das áreas adjacentes.

| Área Adjacente a | % CL Global da Fase de Exploração | % CL Global da Etapa de Desenvolvimento |
|------------------|-----------------------------------|---|
| Carcará | 35,00 % | 30,00 % |
| Sapinhoá | 35,00 % | 30,00 % |
| Gato do Mato | 38,00 % | 60,00 % |
| Tartaruga Verde | 55,00 % | 65,00 % |

- Justificativa
 - Não criar obrigações adicionais em relação às regras de CL pertinentes às áreas sob contrato adjacente (novas áreas contíguas a blocos já contratados na 2ª Rodada e na 7ª Rodada)



4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais

- Proposta de Resolução CNPE (complementar à de nº 4/2016), a partir de sugestões do PEDEFOR, para:
 - **Inexigibilidade** de Conteúdo Local (CL) obrigatório.
- Justificativa
 - A Rodada é composta por 10 campos marginais, com jazidas no limiar da economicidade.
 - Em geral, utilizam-se equipamentos e serviços majoritariamente nacionais, muitos dos quais já usados ou remanufaturados.
 - Dados históricos levantados pela ANP indicam CL dos investimentos nessas áreas em torno de 96%.
 - Os investimentos são pequenos e a simplificação das regras de CL aumenta a competitividade das áreas.



14ª Rodada de Licitações (Concessão)

- Proposta de Resolução CNPE sobre o conteúdo local da 14ª Rodada será apresentado ao CNPE até 31/01/2017



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

a. Para Aprovação

- I. Adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final (alteração da data de início dos percentuais de biodiesel adicionado ao óleo diesel).
- II. Diretrizes para os acordos de individualização da produção envolvendo áreas não contratadas.
- III. Diretrizes estratégicas para o Setor de Gás Natural.
- IV. Diretrizes para a comercialização do óleo e gás natural da União nos Contratos de Partilha da Produção.

b. Em fase Preparatória

- I. Autorização para que a ANP prorogue a Fase de Exploração dos Contratos de Exploração e Produção ora vigentes, por até dois anos.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

a. Para Aprovação

- I. Adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final (alteração da data de início dos percentuais de biodiesel adicionado ao óleo diesel).

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Biocombustíveis: Resolução CNPE

- **Objetivo**

- Antecipar de 23 para 1º de março a data de início da vigência dos novos teores da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, Lei nº 13.263/2016.

- **Motivação**

- Evita a coexistência de dois diferentes percentuais de adição de biodiesel durante um mesmo período contratual
- Facilita controle e fiscalização.

- **Proposta de Resolução CNPE**

- Art. 1º Fixar as datas de 1º de março de 2017, 1º de março de 2018 e 1º de março de 2019 para início da adição obrigatória de 8%, 9% e 10%, respectivamente, em volume, de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

a. Para Aprovação

II. Diretrizes para os acordos de individualização da produção envolvendo áreas não contratadas.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Proposição

Aprovação da Resolução de individualização da produção para áreas não contratadas

- ❖ CNPE decidirá a contratação das áreas não contratadas internas ao polígono do Pré-Sal:
 - Regra geral: Licitação das áreas não contratadas.
 - Quando a contratação não se viabilizar: Procedimento simplificado.
- ❖ ANP fica autorizada a licitar áreas externas ao polígono do Pré-Sal.
- ❖ O Conteúdo Local nas áreas não contratadas será o aplicável à área sob contrato adjacente.
- ❖ Enquanto não houver a contratação, o operador da área individualizada será o operador da área sob contrato adjacente.
 - União poderá ser carregada pelo titular da área contratada.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

a. Para Aprovação

III. Diretrizes estratégicas para o Setor de Gás Natural.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO CNPE

Objetivos:

- I. estabelecer as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural;
- II. criar o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, para propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e avaliar a possibilidade de aceleração da transição.



ESTRUTURA DA RESOLUÇÃO CNPE

Art. 1º: estabelece as premissas das diretrizes estratégicas (adoção de boas práticas internacionais; atração de investimentos; diversidade de agentes; maior dinamismo e acesso à informação; participação dos agentes do setor; promoção da competição na oferta de gás natural; e respeito aos contratos).

Art. 2º: diretrizes estratégicas, tais como:

- promoção de maior transparência e da redução dos custos de transação;
- estímulo à concorrência e à formação de mercados de curto prazo e secundário;
- reforço da separação entre as atividades potencialmente concorrenciais;
- acesso não discriminatório de terceiros aos gasodutos de escoamento, UPGNs e Terminais de Regas;
- aperfeiçoamento da estrutura tributária do setor de gás natural no Brasil;
- harmonização entre as regulações estaduais e federal; e
- promoção da integração entre os setores de gás natural e energia elétrica.

Art. 3º: cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural - CT-GN para transição gradual, segura e célere.

Art. 4º: trata da composição do CG-TN.

Art. 5º: estabelece prazo de 180 dias para o CT-GN apresentar, para fins de posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, proposição de medidas necessárias ao aprimoramento do marco legal do setor de gás.

Art. 6º: O CT-GN deverá apresentar periodicamente ao CNPE relatório de atividades, a cada reunião ordinária do Conselho.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

a. Para Aprovação

IV. Diretrizes para a comercialização do óleo e gás natural da União nos Contratos de Partilha da Produção.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Política para a comercialização do Óleo e Gás da União

- Compete ao CNPE definição de política de comercialização do petróleo e do gás natural destinados à União.
- Portaria MME nº 453/2015 instituiu Grupo de Trabalho GT Comercialização, composto por MME, ANP e PPSA
- Proposta de período de transição, de até 36 meses, a fim de permitir a aquisição de experiência que será fundamental para a construção do modelo de longo prazo.
- Proposição de diretrizes de caráter geral com o objetivo de abarcar a execução de diversos modelos operacionais.
- Expectativa de ingresso de recursos no Orçamento da União na ordem de R\$768 milhões de reais (valores estimados considerando-se a produção de petróleo e gás natural da União de 2015 a 2017).



ESTRUTURA DA RESOLUÇÃO CNPE

Art. 1º: estabelece a política de comercialização e o período de duração.

Art. 2º: estabelece as diretrizes gerais (Maximização do resultado econômico; Prioridade de abastecimento nacional, no caso do gás natural; Comercialização preferencialmente em cargas combinadas; Minimização dos riscos da União; entre outras)¹

Art. 3º a 8º: tratam do depósito da receita à conta única do Tesouro Nacional; dos direitos e obrigações da PPSA na comercialização; e mecanismos de prestação de contas da atividade.

Art. 9º: trata da entrada em vigor da Resolução CNPE.

¹Nota: nas diretrizes propostas buscou-se adotar critérios de abrangência geral podendo ser aplicados em diversos modelos de comercialização. Nesse sentido, foram utilizadas as expressões sempre que possível, prioritariamente. Não podendo ser aplicada a regra geral está assegurada a flexibilidade necessária. Em contrapartida será necessário apresentar justificativas nesse caso (transparência e prestação de contas).



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.6 Proposta de Resoluções

b. Em fase Preparatória

- I. Autorização para que a ANP prorogue a Fase de Exploração dos Contratos de Exploração e Produção ora vigentes, por até dois anos.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Prorrogação da Fase de Exploração

- Situação
 - Baixos preços do petróleo no mercado internacional, com a consequente redução da capacidade de investimentos das empresas petroleiras atuantes no País.
 - Demora para a emissão de licenças ambientais para atividades exploratórias.
 - Dificuldades operacionais para execução do programa exploratório na margem equatorial (logística, correntes oceânicas).
 - Complexidade geológica das áreas de fronteiras exploratória.
 - A possibilidade de prorrogação da Fase de Exploração é prevista no Edital e no contrato, a depender de critérios da ANP.
- Objetivos
 - Viabilizar a continuidade dos investimentos exploratórios pelas empresas concessionárias de modo a evitar a interrupção dos contratos firmados com a ANP, o aumento do custo exploratório e a penalização das empresas contratadas, considerando a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras.



Proposta de Resolução

Art. 1º Recomendar à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, resguardada suas obrigações legais e contratuais, analise a possibilidade de prorrogação da Fase de Exploração dos Contratos de Exploração e Produção de petróleo e gás natural para os blocos marítimos licitados na 11ª rodada, por até dois anos, considerando não apenas as cláusulas contratuais, mas também o objetivo maior do interesse nacional e a preservação dos investimentos no País.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.7 Diretrizes para definição do preço mínimo de referência do petróleo e gás natural para o cálculo das participações governamentais.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Preço Mínimo de Referência do Petróleo

- Revisão dos critérios para cálculo do Preço Mínimo de Referência do Petróleo, pela ANP, no âmbito da Portaria nº 206/2000.
 - ❖ Tal revisão pode resultar tanto no aumento, como na redução de royalties, gerando interesses e preocupações entre os entes federados e as empresas concessionárias.
 - ❖ A Resolução CNPE nº 1, de 2016, mantém a atual sistemática de cálculo, buscando evitar o aumento de carga fiscal para o setor.
 - ❖ O STF emitiu liminar em prol do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a condução da revisão pela ANP.
 - ❖ O MME defendeu junto ao STF a suspensão do Processo de revisão, buscando prazo para realização de estudos sobre a competitividade do setor, indicando a necessidade de submissão das diretrizes ao CNPE.
- O Ministro Fux agendou a audiência de conciliação para o dia 15 de dezembro de 2016.



Proposta de Diretrizes ao CNPE

- O CNPE, com base nos estudos técnicos da ANP e outros a serem desenvolvidos sobre a competitividade do Brasil no cenário internacional de investimentos em óleo e gás natural, considerando o regime fiscal incidente nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, submeterá ao Presidente da República as diretrizes relativas ao preço mínimo de referência do Petróleo.



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.8 Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis

Estudos do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis.

Referência: Leis n^{os} 9.478, de 1997, e 8.176, de 1991.

Responsável: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



Resultados dos Estudos – 2016 do GT

- As projeções apontam que, no horizonte decenal, o Brasil deve consolidar a posição de exportador líquido de petróleo e a capacidade de produção de etanol anidro supera a demanda projetada. Logo, não é necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante no Brasil
- Os estoques de operação de combustíveis, implementados por produtores e distribuidores conforme resoluções ANP, contribuíram para não ocorrência de descontinuidade do abastecimento no País em 2016
- As análises de risco realizadas para 2016, sem considerar o reposicionamento da Petrobras, apontaram baixo risco de interrupção no abastecimento;



2. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

2.9 Leilões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Licitações em 2016 e previsão para 2017.

Responsável: Secretaria-Executiva do MME.



Leilões de Geração 2016

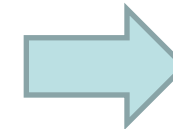
Leilão A-5 de 2016

Data: 29 de abril de 2016

Fonte: Hidro, Biomassa, Gás e Eólica



- Usinas Contratadas
 - Hidro (UHE) – 1 usina – 62,0 MW
 - Hidro (PCH) – 20 usinas – 262,9MW
 - Biomassa – 7 usinas – 198,4MW
 - Gás – 1 usina – 5,5 MW
- Potência Total Contratada
528,9 MW
- Investimentos Contratados
R\$ 1,9 bilhões





Leilões de Geração 2016

1º Leilão de Energia de Reserva de 2016

Data: **23 de setembro de 2016**

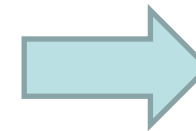
Fonte: Hidro



Usinas Contratadas
Hidro (CGH) – 11 usinas – 15,9 MW
Hidro (PCH) – 19 usinas – 164,4 MW

Potência Total Contratada
180,3 MW

Investimentos Contratados
R\$ 1,07 bilhões



30
Usinas

Fonte: ASSEC/MME, novembro de 2016.

Leilões de Geração 2016



2º Leilão de energia de reserva de 2016

Data prevista: 16 de dezembro de 2016

Fontes: Solar fotovoltaica e Eólica

Contratos: 20 anos

Cadastramento: até 8 de agosto de 2016

Data prevista: 23 de dezembro de 2016

Leilão A-1 – contratação de energia existente



Fonte: ASSEC/MME, novembro de 2016.



Leilões de Geração

Leilão de Usinas Hidroelétricas não Prorrogadas

Previsão: alterado para 2017, conforme Res. PPI

Fontes: Hidro

Contratos: 30 anos

Capacidade: 3.000 MW (11 usinas) – 97% CEMIG

Expectativa de Arrecadação: R\$ 10 bilhões em bonificação



Leilões de Transmissão 2016

Leilão 013/2015 - 1ª etapa

Data: 13 de abril de 2016



- Extensão Prevista: 6.500 km**
Extensão Contratada: 3.402 km
- Capacidade de Transformação Prevista: 10.560 MVA**
Capacidade de Transformação Contratada: 7.265 MVA
- Investimento Previsto: R\$ 12,2 bilhões**
Investimento Contratado: R\$ 7 bilhões



Fonte: ANEEL, abril de 2016.



Leilões de Transmissão 2016

Leilão 013/2015 - 2ª etapa

Data: 28 de outubro de 2016



- Extensão Prevista: 6.800 km**
Extensão Contratada: 6.126 km
- Capacidade de Transformação Prevista: 6.097 MVA**
Capacidade de Transformação Contratada: 6.097 MVA
- Investimento Previsto: R\$ 12,6 bilhões**
Investimento Contratado: R\$ 11,6 bilhões



Fonte: ANEEL e SPE/MME, outubro de 2016.



Previsão de Contratação em 2017 – Leilões de Transmissão

| Leilão | Linhas de Transmissão [km] | Capacidade de Transformação [MVA] | Investimento [Bilhões de R\$] | Data Prevista |
|--|-----------------------------------|--|--------------------------------------|--------------------------------|
| 05/2016 | 6.912 | 13.760 | 11,5 | Entre 17 e 31 de março de 2017 |
| Relicitação dos Ativos da Abengoa | --- | --- | Até 8,0 bilhões | 1º semestre 2017 |
| Demais Leilões Previstos | 3.985 | 17.015 | 7,0 | 2º semestre de 2017 |



3. COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE METODOLOGIAS E PROGRAMAS COMPUTACIONAIS DO SETOR ELÉTRICO - CPAMP

Proposta de Resolução para Aprovação

Responsável: Secretaria-Executiva do MME



Proposta de Resolução CPAMP

Governança dos Modelos Computacionais do Setor Elétrico

Dispõe sobre as competências e diretrizes para alteração dos dados de entrada, dos parâmetros e das metodologias da cadeia de modelos computacionais utilizados pelo setor elétrico, e dá outras providências.

Art. 1º - Competências da CPAMP

- Propor e revisar com periodicidade não inferior a um **ano a representação do sistema físico, os parâmetros e as metodologias** dos modelos computacionais;
- Aprovações devem entrar em vigor na primeira semana operativa do ano civil subsequente, desde que **aprovadas até o dia 31 de julho**;
- Exigência de **consulta pública**;
- Cronograma anual de trabalhos da CPAMP;
- Novo valor do patamar da função de custo do déficit de energia:

Valor do Custo do Déficit em R\$/MWh (Data-Base, Janeiro de 2017)

4.650,00



Proposta de Resolução CPAMP

Governança dos Modelos Computacionais do Setor Elétrico

Art. 2º - Competências da ANEEL

- Regular e fiscalizar a **gestão dos dados de entrada, dos parâmetros e da alteração de algoritmos** dos modelos computacionais;
- Alterações nos dados de entrada que não decorrerem de correção de erros ou de atualização periódica com calendário predefinido, conforme regulação da ANEEL, deverão ser **comunicadas aos agentes com antecedência não inferior a um mês** do Programa Mensal de Operação – PMO em que serão implementadas para que tenham efeitos na **formação de preço e na definição da política operativa**;
- Quanto às estimativas de entrada em operação comercial dos empreendimentos associados à expansão da geração e da transmissão no Sistema Interligado Nacional - SIN, tanto para o mercado regulado quanto para o mercado livre:
 - Definidas nas Reuniões Mensais de Monitoramento, coordenadas pelo Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE, e homologadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.
 - O DMSE deverá fundamentar estimativas que diverjam daquelas previstas nos relatórios de fiscalização da ANEEL



Proposta de Resolução CPAMP

Governança dos Modelos Computacionais do Setor Elétrico

Art. 6º - Revogações

I – a Resolução **GCE nº 109**, de 24 de janeiro de 2002;

o GT entendeu que apenas os artigos 3º, 4º e 5º precisariam ser endereçados, o que foi feito no Art.3º § 2º (data de tendências dos empreendimentos), Art.2º § 5º (Custo do Déficit);

II – a Resolução **CNPE nº 8**, de 20 de dezembro de 2007; e

com a revogação da GCE nº109/2002, o texto remanescente não seria mais necessário;

III – o art. 2º da **Resolução CNPE nº 9**, de 28 de julho de 2008.

a manutenção do art. 2º da Resolução CNPE nº 9/2008 traz insegurança jurídica ao processo de revisão ordinária de garantia física energia.



4. RESOLUÇÕES DO CNPE EM 2016

Balanço das Resoluções Aprovadas e Publicadas em 2016

Responsável: Secretaria-Executiva do MME



4. RESOLUÇÕES DO CNPE EM 2016

4.1 Resolução nº 1, de 20 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a sistemática de apuração dos preços mínimos do petróleo para o cálculo de royalties e Participação Especial, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Situação: **aprovada e publicada em 26 de janeiro de 2016**

4.2 Resolução nº 2, de 3 de março de 2016.

Dispõe sobre medidas de incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural em território brasileiro e dá outras providências.

Situação: **aprovada e publicada em 9 de março de 2016**



4. RESOLUÇÕES DO CNPE EM 2016

4.3 Resolução nº 3, de 7 de abril de 2016.

Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

Situação: **aprovada e publicada em 15 de abril de 2016**

4.4 Resolução nº 4, de 2 de agosto de 2016.

Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações de Campos Marginais.

Situação: **aprovada e publicada em 5 de setembro de 2016**



4. RESOLUÇÕES DO CNPE EM 2016

4.5 Resolução nº 5, de 2 de agosto de 2016.

Autoriza a realização de estudos para a Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural e para a Segunda Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção.

Situação: **aprovada e publicada em 13 de outubro de 2016**

4.6 Resolução nº 6, de 2 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de propor diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Situação: **aprovada e publicada em 13 de outubro de 2016**



5. ASSUNTOS GERAIS

COMUNICADOS DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CNPE.

Responsável: Secretaria-Executiva do CNPE



5. ASSUNTOS GERAIS

5.1 INFORMAÇÃO AO CONSELHO SOBRE O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 4º DA LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.



5.2 Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho

Entrega dos Relatórios das Atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalhos do CNPE, no ano de 2016.

- I. Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP

Responsável/Coordenador: Secretaria-Executiva do MME.

- II. Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE

Responsável/Coordenador: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

- III. Comitê Técnico para Eficiência Energética – CTEE

Responsável/Coordenador: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.



5.3 Relatório Executivo das Atividades

Entrega do Relatório Executivo das Atividades dos setores energéticos do País, durante o ano de 2016, e suas perspectivas para o ano seguinte.

Referência: art. 7º do Decreto 3520, de 2000.

Responsáveis:

- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;
- Secretaria de Energia Elétrica; e
- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.



5.4 TCU – Acórdão no 2929/2016 - TCU – Plenário (Ofício 0200/2016-TCU/SeinfraPetróleo, de 28/11/2016).

Dar ciência do encerramento do processo TC 016.786/2015-7 que trata do acompanhamento da Décima Terceira Rodada de Licitações com vistas à outorga de concessão de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural (aprovada o quarto estágio).



5.5 AGENDA DE TRABALHO - 2017

Agenda para os trabalhos no ano de 2017, com programação de duas reuniões ordinárias em 8 de junho e 7 de dezembro.

Referência: Regimento Interno, art. 12 – Resolução CNPE nº 7, de 2009.

| REUNIÃO | DIA | MÊS |
|------------------------------|----------|-----------------|
| 34^a | 8 | Junho |
| 35^a | 7 | Dezembro |
| LOCAL | | |
| MME, 9º andar, Sala Plenária | | |
| HORÁRIO | | |
| 9 horas | | |



ENCERRAMENTO

Presidente do CNPE
Ministro de Estado de Minas e Energia